

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BRUNA RYLIANE DA SILVA SALDANHA

**PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E ERRADICAÇÃO: O Abuso Sexual
Intrafamiliar em Destaque.**

NATAL/RN

2014

BRUNA RYLIANE DA SILVA SALDANHA

**PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E ERRADICAÇÃO: O Abuso Sexual
Intrafamiliar em Destaque.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ms^a Mônica Maria
Calixto de Faria.

NATAL/RN

2014

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca

Saldanha, Bruna Ryliane da Silva.

Prevenção, enfrentamento e erradicação: o abuso sexual intrafamiliar em destaque / Bruna Ryliane da Silva Saldanha. - Natal, RN, 2014.

81 f.

Orientadora: Profa. Ms. Mônica Maria Calixto de Faria.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social.

BRUNA RYLIANE DA SILVA SALDANHA

PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E ERRADICAÇÃO: O Abuso Sexual Intrafamiliar em
Destaque.

Monografia apresentada ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms.^a Mônica Maria Calixto de Faria.

Orientadora

Prof.^a Ms.^a Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Examinadora

Rosana Mireille Barbosa da Silva Soares

Assistente Social do SESI – Projeto Vira Vida

Examinadora

Ao autor e consumidor da minha fé: Deus! O qual me sustentou e orientou em todos os momentos da minha formação profissional. “Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois a ele eternamente. Amém!” (Romanos 11.36).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Amado da minha alma pelo cumprimento de mais uma promessa, Deus a ti, dedico a honra e a glória de todas as minhas realizações! Durante os quatro anos de formação o Senhor me carregou nos braços e não me deixou só por nenhum segundo sequer. Glorifico-te pela família que me presenteastes: minha mãe, Criselda, mulher virtuosa que me acompanha e torce por mim, não esquecerei jamais das madrugadas que ela não dormiu intercedendo enquanto eu fazia os trabalhos acadêmicos.

Ao meu pai, Saldanha, pois investe nos meus sonhos e se regozija com todas as minhas vitórias! Ao meu irmão, Wyllyan, que se emociona tanto quanto eu com as conquistas realizadas. A minha irmã, Brenda, a minha incentivadora número 1, que sempre me incentivou e trouxe palavras de ânimo na minha caminhada. Ao meu noivo, Jackson Simplício, que me acompanha e me ama de uma forma que palavras não são suficientes para descrever, sem o seu amor e o apoio de toda a minha família eu não teria chegado aonde cheguei.

Agradeço a todos os docentes que garantiram uma formação profissional de qualidade, assim como as assistentes sociais, cujos ensinamentos levarei durante toda a minha vida profissional.

Aos meus avós, tios, primos e amigos, os quais acompanharam minha trajetória acadêmica desde o resultado da aprovação na UFRN, a admiração de vocês foi determinante na minha luta para a qualificação.

Muito obrigada a todos vocês! Deus abençoe a todos!

RESUMO

Esse trabalho monográfico versará sobre o abuso sexual intrafamiliar. Tem por objetivo analisar o entendimento construído sobre a prevenção ao mesmo na perspectiva de identificar se as metodologias utilizadas dão respaldo etimológico para o enfrentamento desse fenômeno social. Para isso, realizou-se a reflexão da conceituação do abuso sexual; a identificação do local onde ocorre essa violação ao longo da história; o registro de experiências familiares, conhecidas através de entrevistas, as quais foram marcadas por esse crime; a luta da sociedade para tornar público o enfrentamento a violência que vinham marcando a história de diversas crianças e adolescentes entendidas até antes da formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como sujeitos sem vez e voz; da situação da Rede de Atendimento a partir da fala dos profissionais que atuam diariamente com as violações originárias a partir das diversas desigualdades sociais e econômicas. Após essa construção que precedeu a indagação central desse trabalho foi identificado que os mecanismos utilizados não têm contemplado o sentido etimológico da prevenção, ressaltando assim a necessidade da contínua reflexão sobre a temática, a fim de se construir estratégias que realmente contribua para o desenvolvimento saudável desse segmento geracional. Além disso, foi elucidada a intervenção do Serviço Social a partir da sua dimensão investigativa e interventiva, que contribui, mas não é suficiente para dar resolutividade aos casos de abuso sexual, tendo em vista que este fenômeno é multifacetado e complexo requerendo assim o instrumental da interdisciplinaridade. Este trabalho classifica-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, pois é resultante de pesquisas, as quais foram subsidiadas por entrevistas e dados estatísticos. Também apresenta a estreita relação entre a intervenção e a investigação vivenciados na prática do estágio obrigatório no Serviço Social da Indústria (SESI) – Projeto Vira Vida.

PALAVRAS-CHAVES: Abuso Sexual Intrafamiliar. Prevenção. Rede.

ABSTRACT

This monograph will focus on the intra-family sexual abuse. It aims to analyze the understanding built on preventing the same so as to identify if the methodologies used give etymological support to deal with this social phenomenon. For this, there was the reflection of the concept of sexual abuse; the identification of where this occurs violation throughout the history; the registration of family experiences, known through interviews, which were marked by this crime; the struggle of society to make public facing violence that had marked the history of several children and adolescents understood even before the Statute of the formulation of Children and Adolescents, as no time and voice subjects; the situation in the Customer Service Network from the speech of professionals who work daily with the violations originating from among the many social and economic inequalities. After this construction that preceded the central question of this study was identified that the mechanisms used have not contemplated the etymological sense of prevention, thus highlighting the need for ongoing reflection on the theme, in order to build strategies that really contributes to the healthy development of this generational segment. It was also elucidated the intervention of Social Work from its investigative and interventional dimension, which helps, but is not enough to solving the cases of sexual abuse, given that this phenomenon is multifaceted and complex thus requiring tools of interdisciplinarity. This work is classified as a quantitative and qualitative research, it is the result of research, which were supported by interviews and statistical data. Also shows the close relationship between the intervention and the experienced research in the compulsory training practice in the Industry Social Service (SESI) - Project Turn Life.

KEYWORDS: Intra-family Sexual Abuse. Prevention. NetWork.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Denúncias de Abuso Sexual cometidos contra Crianças e Adolescentes por Estado no ano de 2013	24
GRÁFICO 2 – Número de Vítimas por Curso do ViraVida	63
GRÁFICO 3 – Como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual antes da Intervenção Realizada – Turma de Supermercado	66
GRÁFICO 4 – como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual depois da Intervenção Realizada – Turma de Supermercado	67
GRÁFICO 5 – Como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual antes da Intervenção Realizada – Turma de Hotelaria.	67
GRÁFICO 6 – Como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual depois da Intervenção Realizada. Turma de Hotelaria	68
GRÁFICO 7 – Você realmente denunciaria um caso de abuso sexual? Turma de Supermercado	69
GRÁFICO 8 – Você realmente denunciaria um caso de abuso sexual? Turma de Hotelaria	69

QUADROS

QUADRO 1 – O que os pais devem fazer para prevenir o abuso sexual e proteger seus filhos	58
QUADRO 2 – Respostas da sondagem realizada na oficina 2 – Turma de Supermercado	64
QUADRO 3 – Respostas da sondagem realizada na oficina 2 – Turma de Hotelaria	64

TABELAS

TABELA 1 – Perfil das vítimas: Sexo.....	28
TABELA 2 – Perfil das Vítimas: Faixa Etária.	30

TABELA 3 – Relação entre o Suspeito e a Vítima.....31

TABELA 4 – Local da Violação.....32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ABUSO SEXUAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O HABITAT DA VIOLAÇÃO.....	17
2.1 ESTATÍSTICAS OFICIAIS DA VIOLAÇÃO: ATÉ QUE PONTO ELAS DESVELAM A REALIDADE?.....	23
2.2 O HABITAT DA VIOLAÇÃO NO DECORRER DA HISTÓRIA.....	33
2.3 O HABITAT DAQUELAS QUE JÁ SOFRERAM VIOLAÇÃO: A HISTÓRIA DE “MORANGUINHO”, “BARBIE” E “BONECA DE PANO”	42
3. ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL: LUTA PELO FIM DESSA VIOLAÇÃO.....	46
3.1 SITUAÇÃO DA OPERACIONALIZADORA DO ENFRENTAMENTO: A REDE	52
3.2 A REDE E A PREVENÇÃO: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?.....	56
3.3 O SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR.....	61
3.4 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM DOS INSTRUMENTOS NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL.....	70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
5. REFERÊNCIAS	76

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de Conclusão de Curso que se segue, discutirá acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar, para isso serão utilizadas: reflexões a partir do aparato bibliográfico já redigido sobre a temática, assim como dados estatísticos, gráficos e quadros que demonstram a quantidade de crianças e adolescentes vítimas dessa violação aos Direitos Humanos; o sexo predominante dessa vítima e do violador; o grau de parentesco existente entre eles, dentre outros.

A experiência adquirida ao longo da graduação com pesquisas e os estágios, foram salutares para o amadurecimento intelectual construído a partir de referenciais teóricos sobre a temática; os contatos com profissionais que atuam na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes e as vítimas de abuso sexual que tive contato durante a Pesquisa, o Projeto de Intervenção e na vida pessoal serão retratados no decorrer deste trabalho a fim de justificar o porquê da escolha dessa temática.

A oportunidade da aproximação mais sistemática com a temática se deu a partir da atividade requerida na disciplina de Pesquisa II, a realização da mesma foi possibilitada pela conclusão do estágio não obrigatório ocorrido na Organização Não-Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil, pois como atuava com as crianças e as mães da comunidade do Curtume no bairro das Quintas, na cidade de Natal/RN, o vínculo construído com as mulheres daquele local foi aproveitado para realizar um levantamento exploratório conseguido a partir de entrevistas subsidiadas por gravadores, se os responsáveis pelas crianças sabiam identificar uma criança vítima de violência sexual e/ou física pelos sinais que estas expressam.

Na execução do levantamento fui surpreendida com uma descoberta: das quatro pessoas escolhidas para serem entrevistadas, três ou tiveram alguém da sua família vitimada ou foram vítimas na sua infância/adolescência, e duas delas mantinham segredo dessa violação até o momento da pesquisa. Vale salientar que todos os casos enquadra-se no abuso sexual intrafamiliar, isto é, foi cometido por alguém da familiar, mas precisamente: o tio; o marido da tia; e o padrasto.

Essa atividade de pesquisa permitiu atestar que há por parte dos responsáveis um desconhecimento dos sinais expressos pelas vítimas de abuso físico e principalmente sexual, mesmo entre aquelas que foram vítimas um dia, no entanto, elas zelam e não permitem que

seus filhos/netos estejam sozinhos em situações que outrora facilitaram a ação daqueles que a violaram.

A segunda oportunidade deu-se na materialização do estágio obrigatório ocorrido no SESI – Projeto VIRAVIDA, neste o público era formado por jovens de ambos os sexos entre os 16 e 21 anos de idade inseridos na contextualização da Exploração Sexual ou tráfico para fins sexuais. O Projeto objetiva oportunizar uma virada na vida deste jovens a partir da qualificação profissional em diversos cursos¹ e a inserção no Mercado de Trabalho, amparado pela assistência psicossocial fornecida aos mesmos, dentre outros serviços.

Após o contato semanal com vítimas de violência sexual, no Projeto VIRAVIDA, o que antes iniciou com uma pesquisa que englobava o conhecimento dos responsáveis com sinais expressos com vítimas de violência física e sexual foi continuado no Projeto de Intervenção que especificou o abuso sexual e trabalhou a desmistificação da denúncia nesses casos. Vale ressaltar, que mesmo esse Projeto tendo por público alvo os jovens, muitos deles já eram pais e/ou tinham contato diário com crianças sejam irmãos, primos ou vizinhos e o conhecimento adquirido com as oficinas iam oportuniza-los a apreender com precisão como agir, caso se deparasse com uma situação de abuso sexual, além de ponderá-los acerca da significação que a atitude de denunciar tem no resgate de possíveis vítimas.

Para realizar esse Projeto de Intervenção, além das pesquisas bibliográficas, optei por conhecer *in loco* as instituições que trabalham com essa demanda, o intuito era conhecer o que denominei “*caminhos trilhados pela denúncia*” para passar com precisão o que acontece quando alguém tem a atitude de denunciar um caso de abuso sexual e assim desmistificar o medo da denúncia ainda tão presente na sociedade, atestados nos índices de denúncias que nas suas entre linhas alerta acerca dos casos não notificados.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas durante os meses de fevereiro e março do ano de 2014 com O Promotor da Justiça do Ministério Público, 65ª comarca da Criança e adolescente; os Conselheiros Tutelares do Conselho Tutelar da Zona Leste; a Assistente Social da 1ª Vara da Infância; o Delegado da Delegacia Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente (DCA); a Coordenadora do Programa S.O.S Criança; a Psicóloga do Instituto

¹ Em 2013 os cursos oferecidos eram: Introdução aos Serviços de Hotelaria; Operador de Supermercado e Lanchonete; Alimentos – padeiro, confeitiro e pasteleiro e Auxiliar administrativo. Com duração em média de doze meses.

Técnico-Científico de Polícia do Rio Grande do Norte (ITEP); e a Assistente Social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

A implementação do Projeto de Intervenção oportunizou uma experiência salutar, pois ao mesmo tempo em que atuava fundamentada nos subsídios adquiridos com a primeira pesquisa, trabalhava junto a alguns jovens que no decorrer da sua história foram vítimas de abuso sexual. Amparada pela equipe profissional e recursos institucionais do local em que ocorreu o estágio obrigatório, realizei um trabalho riquíssimo que obteve resultados ainda no decorrer da sua implantação: uma jovem vítima que resistiu em participar de algumas atividades, nos outros momentos me auxiliou na ministração da oficina e foi protagonista de uma ideia que resultaria num trabalho cujo tema principal seria o abuso sexual.

Vale ressaltar que um dos maiores cuidados na execução da Intervenção era com a revitimização, todas as falas, imagens, vídeos foram selecionadas no intuito de evita-las. O intuito dos momentos era torna-los protagonistas e divulgadores do que se deve ser feito nos casos de violência, em especial as cometidas contra as crianças e adolescentes.

Com os jovens foi compartilhado experiências e as dúvidas sobre a temática foram trabalhadas. Essas experiências possibilitaram o questionamento acerca dos trabalhos de prevenção existentes, isto é, realmente há prevenção para o abuso sexual intrafamiliar, já que a recorrência maior dessa violência é na família?

Afinal, quando se fala em realizar um trabalho de prevenção se fala em alertar que essa demanda existe, como identifica-la, e o que fazer caso aconteça, no entanto, para se identificar os sinais é necessário que a violência tenha acontecido e a palavra prevenção no seu sentido etimológico vem do latim *praevenire* que significa “antecipar, perceber previamente”, literalmente “chegar antes”, de *PRAE* “antes”, mais, *VENIRE* “vir”. Ou seja, como falar em prevenção se é necessário ocorrer para ter a possibilidade de identificar e agir?

O intuito é questionar se realmente se trabalha na perspectiva da prevenção, a partir do esclarecimento feito no parágrafo anterior. Pois a partir desse esclarecimento, novas metodologias da possível prevenção poderão ser criadas, além do fortalecimento de ações que impeçam a violação no seu sentido mais “severo”.

Refletir sobre a prevenção ao abuso sexual é uma das responsabilidades dos pensadores acadêmicos, tendo em vista que a universidade é um dos espaços privilegiados

para a realização de pesquisas cujos resultados devem repercutir na sociedade. Muitos trabalhos já foram elaborados falando sobre o abuso sexual, mas em pesquisas realizadas pelo acervo da biblioteca, nenhum ainda identificada, refletiu acerca das medidas de prevenção existentes, se elas estão realmente favorecendo a não violação de crianças e adolescentes.

Para isso, a monografia que se segue tem por objetivo central analisar o entendimento construído sobre a prevenção ao abuso sexual intrafamiliar na perspectiva de identificar se as metodologias utilizadas dão respaldo etimológico para o enfrentamento desse fenômeno social.

No intuito de alcançar esse objetivo, o trabalho pretende: Explicar a complexidade do fenômeno Abuso Sexual Intrafamiliar; Identificar as ações da Rede para se prevenir o Abuso Sexual; Referendar acerca do trabalho do Serviço Social no enfrentamento ao Abuso Sexual Intrafamiliar. Nessa direção, além de se valer de uma vasta pesquisa bibliográfica, a pesquisa realizada durante as disciplinas de Pesquisa I e II, abordada anteriormente, somadas as experiências vivenciadas no período de estágio obrigatório, serviram como instrumentos para externar que este trabalho não se constitui apenas como uma etapa de formação.

Outro diferencial nesse trabalho foi a participação no curso de formação para profissionais que atuam nos Centros de Referência Especializados Da Assistência Social – CREAS realizados pelo Centro de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, pois os cinco meses de curso foram determinante para o esclarecimento de questões que serão trabalhadas durante o trabalho monográfico.

Além de todos os fatores já elucidados, é válido destacar que a escolha do tema, também é perpassada por razões pessoais. No decorrer da minha adolescência e juventude, muitas colegas me confidenciavam histórias familiares desse teor, lembro-me de uma que antes de descrever a história falou *“as pessoas acham que tenho a vida perfeita, que não tenho problema, mas não sabem elas o que me aconteceu quando ainda era bem pequena”*. Silenciei e a ouvi contar a sua história de abuso intrafamiliar.

Já na faculdade, ao comentar das atividades acadêmicas outras pessoas sentiram-se seguras para revelar o que lhes aconteciam. Inclusive suspeitas familiares da minha parentela chegaram aos meus ouvidos timidamente. Outro fator inesperado foi a revelação de um aluno que após algum tempo de aula confessou *“tia Bruna, lembra-se de ... (uma criança que tinha problemas psicológicos) uma vez a gente tava brincando e ele fez uma coisa muito feia*

comigo” quando o indaguei singelamente sobre o que tinha ocorrido ele me disse que não podia contar, pois era muito feio. Ao investigar, descobri que a mãe dele flagrou o colega da idade dele por trás do seu filho tentando abusar sexualmente dele, a mãe do meu aluno procurou a mãe da outra criança que desacreditou do ocorrido.

Outro caso ocorreu quando estava numa lanchonete com meu noivo e de repente uma mulher da mesa vizinha no momento de desabafo relatou que a filha dela tinha sido vítima de abuso sexual por um conhecido e ela não sabia o que fazer, inclusive aquela estava com depressão. A orientei a ligar para o disque 100 ou procurar o conselho tutelar, a incentivei a agir, pois essa era a melhor forma dela ajudar a sua filha.

Enfim, esses casos são apenas alguns que chegaram até mim. É importante ressaltar que destaco o público infantil, pois os casos que conheci tinha essa característica comum, todos eram/são crianças quando foram vítimas.

Em suma, o trabalho que se segue não se configura apenas como mais uma etapa a ser cumprida na universidade, mas como uma oportunidade de refletir e buscar respostas, tanto como uma profissional que atuará com esse fenômeno direta ou indiretamente a depender do local de trabalho, quanto como pessoa intrinsecamente relacionada àquela profissional que objetiva uma atuação crítica e humanizada, que enxerga na demanda configurada como expressão da Questão Social, vidas, ou melhor, famílias que interagem na dinâmica social que estão tendo seus direitos humanos violados. Esse posicionamento reforça a compreensão que uma profissão ou profissional não é autossuficiente para enfrentar a problemática elucidada, todavia, a contribuição humanizada das categorias atrelada à luta por uma sociedade sem desigualdades é salutar para responder a esse fenômeno tão desumano.

Ao salientar a necessidade de uma sociedade sem desigualdade, baseio-me no Projeto ético-político do Serviço Social que segundo Netto (1999, p.16) tem sua dimensão política:

Posicionada a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Em poucas palavras, Netto afirma a dimensão política que o Projeto Profissional do Serviço Social defende, isto é, a sociedade sem desigualdade ressaltada no parágrafo anterior

não trata-se de uma utopia, mas de uma luta que como projeto hegemônico na categoria deve ser travada diariamente requerendo assim, como o ilustre autor também salienta nos seus inscitos “um compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social” (idem, p.16).

Diversas são as demandas que chegam ao Serviço Social, entre elas encontra-se o abuso sexual intrafamiliar. O trabalho que se segue por ser resultado de duas pesquisas que se valem tanto de entrevistas, quanto de dados estatísticos para um maior aprofundamento possui uma abordagem quanti-qualitativa.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro versará sobre a conceituação teórica do abuso sexual intrafamiliar, assim como trará estatísticas que subsidiarão a reflexão, no sentido do questionamento de até que ponto elas desvelam a realidade e o que expressam; abordará quem se configura como maior agente de violação durante a história da sociedade; e explanará sobre a história das responsáveis pelas crianças, entrevistadas na primeira pesquisa, que se perpassam diretamente o assunto exposto.

No segundo capítulo, será possível conhecer a luta travada na sociedade contra o abuso sexual; assim como a situação da Rede de Atendimento que teve por base as entrevistas realizadas com os atores dessa Rede; também refletirá sobre a efetivação da prevenção a partir dos mecanismos existentes; o trabalho realizado pelo Serviço Social será exposto, aproveitando a experiência fornecida com a implementação do Projeto de Intervenção realizado no VIRAVIDA e por fim, será citado a interdisciplinaridade, com o um instrumento determinante no enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar.

Para a construção desse trabalho, cujas categorias teóricas e conceitos reflexivos centrais são: abuso sexual intrafamiliar; prevenção; Rede criança e família. Foram utilizados o diálogo com diversos estudiosos da temática, todavia, os autores Cunha (2004); Bruschini (2000); Santos (2011); Scodelario (2002) Azambuja (2013) merecem destaque pela contribuição teórica fornecida a este trabalho monográfico.

Tendo em vista a complexidade da temática, faz-se necessário um longo tempo de aprofundamento e análise, mesmo esta sendo continuidade de pesquisas já realizadas, evidenciou uma categoria teórica que ainda não havia sido refletida, em especial com o intuito pretendido, por isso, afirmo a pretensão de continuar pesquisando sobre o abuso sexual, após o término da graduação e saliento que este trabalho pretende provocar uma reflexão que deve

ter repercussão nos lares das crianças e adolescentes, inclusive aquelas que não foram vítimas de abuso sexual.

2. ABUSO SEXUAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O HABITAT DA VIOLAÇÃO

No intuito de se estudar sobre o abuso sexual muitas são as fontes de acesso, tecnológicas ou tradicionais (livros, artigos), é significativa a quantidade de literatura já produzida sobre essa temática. Porém, mesmo esse fenômeno estando presente ao longo da história da humanidade é recente o aprofundamento literário sobre o mesmo.

O documentário “A dor silenciosa” (2013) exibido em cinco séries especiais apresentando no Jornal Futura sobre o abuso sexual, informa que há cerca de 45 (quarenta e cinco) anos esta violação tornou-se objeto de estudo de maneira aprofundada. Ou seja, a pouco mais de quatro décadas. Este conhecimento permite analisar a lacuna temporal de produção acadêmica sobre a temática elucidada, tendo em vista que a primeira monografia foi escrita em 1860 pelo médico legista francês Auguste Ambroise Tardieu.

Na sua monografia Tardieu abordou a maioria das formas de abuso sexual conforme conhecemos atualmente, todavia sua grande dificuldade foi em convencer a sociedade da época que a maior parte dos casos acontecia dentro das famílias. Um século depois o seu trabalho foi ratificado por um grupo de radiologistas americanos, o que ocasionou mudanças nas práticas de atendimento e também de proteção as vítimas de abuso. (A dor silenciosa, 2013)

O Trabalho de Tardieu revelou uma realidade enfrentada desde os primórdios da sociedade. “O envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais com adultos – com ou sem uso de força física – vem sendo registrados ao longo da história, desde a Antiguidade até a contemporaneidade” (DAMAUSE, 1974 apud SANTOS, 2011 p.23). Ou seja, a violência sexual está intrínseca nas relações sociais, tornando-se assim uma violência sistêmica² perpassada por “preconceitos, tabus e silêncios” (SANTOS, 2011 p.12)

²“A violência sistêmica é predominantemente associada ao autoritarismo observado em regimes militares, e/ou praticada no âmbito institucional. Aparece de forma marcante nas relações familiares disfuncionais, em que a

SANTOS (2011) também aborda a dificuldade dos estudos históricos em saber se em alguma sociedade criou-se algum mecanismo, mesmo informal, de proteção ao abuso sexual de crianças e adolescentes, inclusive para os já vitimados, “antes da era moderna, particularmente da era do bem-estar e dos direitos de criança e adolescente. Apenas a partir desse momento, começaram a serem criadas instituições específicas para lidar com essa temática” (SANTOS, 2011 p.25). A primeira Organização, segundo o referido autor, foi a New York Society for the Prevention of Cruelty to Children (NYSPCC, Sociedade de Prevenção à crueldade contra Criança de Nova York) criada em 1894. Ou seja, mesmo a violência sexual sendo sistêmica e estando presente desde a Antiguidade na sociedade, é recente a mobilização organizacional para seu combate em nível de Estado.

Segundo Santos (2011) a mobilização³ da sociedade intensificou-se a partir dos anos 1990, quando as recorrências de violência sexual a classificaram numa violência endêmica. Vale salientar a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei 8.069/90 nesse ano, no qual crianças e Adolescentes deixam de se configurarem como sujeitos passivos, sem direito à vez e voz na esfera pública, e passam a serem identificados como sujeitos de direito, tornando-se assim responsáveis da família, do Estado e da Sociedade.

Em relação à pesquisa de Tardieu é válido ressaltar a interrupção que esta sofreu, tendo em vista, a não aceitação por parte da sociedade de que a família seria o maior agente violador. Diógenes (2010) relata que no início do ano 2000 passou-se a observar uma relativa remoção do véu da sacralidade que envolvia as famílias como um todo, além da relativização do entendimento do seu poder reparador e de efetiva proteção de crianças e adolescentes. Ou seja, a dificuldade enfrentada pelo médico e legista francês, mesmo depois sendo confirmada pelos radiologistas, perdurou de forma significativa durante décadas na sociedade. Resultando assim na quebra de pesquisas, cujos frutos contribuiriam em ações mais efetivas no enfrentamento ao abuso sexual, já que estas estariam sendo realizadas por décadas.

A nível nacional Faleiros et al (2001) cita Saffioti (1997), Vaz (1997), Faleiros (1998), Leal (1998), como alguns dos estudiosos, construtores de uma compreensão analítica e crítica da questão do abuso e da exploração sexual.

autoridade paterna jamais é questionada, submetendo todos (as) a um regime de submissão extrema, às vezes se valendo da força física” (CEDECA, 2009 p.19)

³ Essa discussão será aprofundada no segundo capítulo.

Paiva (2012) define a violência sexual como uma violação de direitos, que se subdivide em *exploração sexual* e *abuso sexual*. Por este trabalho se direcionar para o abuso sexual, apenas esta categoria teórica será abordada em profundidade.

“O abuso sexual se caracteriza pela utilização do corpo de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. Nesse tipo de violência não há qualquer intuito de lucro, qualquer relação de compra ou troca. No abuso sexual, o agressor visa unicamente satisfazer seus desejos por meio da violência sexual. Uma característica que costuma compor a violência é a relação de confiança entre o agressor e a vítima, ainda que momentânea e enganosa, e geralmente é praticada por alguém que participa do mesmo convívio. Isso não necessariamente significa que seja convívio familiar, podendo ser comunitário. (Paiva, 2012 s/p.)

A partir dessa definição é importante salientar que o abuso sexual é expresso de duas formas: intrafamiliar e extrafamiliar. Na primeira encontram-se os casos em que a vítima e o agressor têm algum grau de parentesco, seja pela família natural ou pela família ampliada, isto é: pais, irmãos (as), tios(as); avós(ôs); primos(as); madrasta, padrasto, enteado(a), meio-irmão, entre outras. Vale ressaltar que esse caso também pode ser interpretado como uma relação incestuosa.

Na segunda, o agressor e a vítima não possuem nenhum grau de parentesco. Aqui encontram-se os casos de vizinhos, amigos da família, representantes de alguma entidade religiosa, entre outros.

Após esse breve esclarecimento, um diálogo com Cunha (2004) é fundamental, pois a autora reflete acerca da associação feita quando se fala em violência sexual. Segundo a autora a maioria dos ouvintes relaciona imediatamente a prática do estupro ou atentado violento ao pudor, todavia, é válido compreender que esse fenômeno se expressa por diversas formas, e para proporcionar um entendimento aprofundando, iremos expor a classificação realizada pela autora que considera o grau da severidade⁴, os métodos empregados para sua execução e os tipos de violência mais comuns.

O abuso sexual com contato físico pode ser expresso nos casos de relação genital, anal e oral com ou sem violência, esse contato sexual é referenciado nos casos gravíssimos. Já nos casos entendidos como graves, a violência ocorre com o contato manual com os órgãos sexuais descobertos, com ou sem penetração de dedos (forçada ou não); no contato com os seios desnudos (forçado ou não); na simulação de relação sexual interfemoral. E nos casos

⁴ A classificação tem o cunho exclusivamente didático.

interpretados como menos graves, encontram-se os beijos eróticos (forçados ou não) e o toque sexualizado nas nádegas, coxas, pernas ou genitais e seios cobertos. (CUNHA, 2004)

E o abuso sexual sem contato físico ocorre na forma verbalizada, quando há: sedução sutil; descrição de práticas sexuais; uso contínuo de linguagem sexual; uso de termos codificados onde só a vítima discerne o significado (palavras de duplo sentido). E na forma visualizada quando ocorre: exibição sensual dos órgãos genitais; deixar a vítima presenciar relações sexuais; espionar ou olhar de forma ostensiva partes do corpo da vítima, causando-lhe constrangimento; colocar a vítima em contato com materiais de cunho pornográfico (beijos eróticos, revistas ou filmes). (CUNHA, 2004)

Cunha (2004) também esclarece que os violadores se valem de alguns métodos para realizar o abuso sexual, são eles: O *sadismo*, quando ele (a) se vale de atos de crueldade para atingir o prazer sexual; a *ameaça*, nesta o agressor não utiliza violência física, todavia, se vale da violência psicológica causando assim dor e sofrimento na vítima, pois abala significativamente sua área emocional; e a *indução da vontade*, este método se diferencia dos dois últimos, pois o violador não provoca na vítima nenhum tipo de sofrimento, essa prática é utilizada pelos mais experientes, eles manipulam o sentimento da vítima através de presentes, privilégios, promessas, entre outras ações. Ressalto que em situação nenhuma a criança/adolescente deve ser culpabilizada, pois estas são vítimas.

O voyeurismo, o exibicionismo, o atentado violento ao pudor e o estupro são algumas das diversas formas de abuso sexual que merecem destaque. Na primeira o agressor sente prazer sexual em espionar a intimidade da criança, geralmente a vítima é observada enquanto toma banho, troca de roupa, dorme. Na segunda o prazer sexual do abusador é manifestado quando ele (a) se exhibe para terceiros, o número da plateia independe, o orgasmo dele é alcançado ao chocar as vítimas enquanto mostra seus órgãos genitais. (CUNHA, 2004)

Na terceira, o agressor constrange a vítima a praticar atos libidinosos como: coito anal, sexo oral, toques sexualizados no corpo da vítima ou no dele, entre outros. Na quarta, cuja forma é mais conhecida e repercute mais negativamente na sociedade, ocorre quando há conjunção carnal, mediante violência e grave ameaça. (CUNHA, 2004)

Vale salientar que antes da lei Ordinária Federal 12.015, de 7 de agosto de 2009 a terminologia estupro era utilizada apenas quando as vítimas eram do sexo feminino⁵, a partir da mesma o sexo masculino passou a ser “contemplado”. Além disso, o que era considerado atentado violento ao pudor passa a configurar-se como estupro, cuja pena varia de 6 a 10 anos de reclusão.

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (dozes) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte: Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Brasil. Lei nº 12.015, 2009, art. 213)

Vale ressaltar que o intuito dessa exposição perpassa o cuidado de esclarecer aproximadamente a profundidade dessa problemática até porque, como (KORNFIEL, 2000 in CUNHA, 2004 p. 27) salienta “a criança/adolescente nunca esquecerá um abuso sexual do qual foi vitimada”.

Por ser uma experiência que está além dos limites da compreensão da criança e para a qual ela não está fisicamente nem psicologicamente preparada, e por ser uma situação imposta numa atmosfera de coerção e abuso de poder, rompe o curso normal de seu desenvolvimento psicosssexual e, como consequência, diferentes tipos de sintomas podem surgir. (JUNG, 2006 p. 19 apud AZAMBUJA 2013)

Estudiosos elencam algumas consequências vivenciadas pelas crianças vítimas de abuso, dentre elas:

Sentimento de culpa e vergonha; sentimento de ser má, suja e de pouco valor; perda da confiança de outras pessoas; medo constante de sofrer novo abuso; depressão; na vida adulta: dificuldade de relacionamentos social e de conquistas profissionais, impotência sexual e frigidez, somatizações frequentes; depressão, suicídio (ABRAPIA, 2002, p.44).

É válido pontuar que essas consequências estendem-se a sociedade, tendo em vista que os sujeitos estão inseridos no contexto social, o que amplifica a necessidade da intervenção estatal na resolução dessas violações.

Nas consequências do abuso sexual no âmbito societário os autores da obra ABRAPIA (2002) destacam que muitos dos casos não são notificados, impossibilitando assim que as vítimas sejam acompanhadas e que os agressores sejam responsabilizados; e acrescentam a

⁵ Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena – reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação anterior à Lei 12.015/09)

“banalização do sexo e a erotização precoce de crianças, incentivadas pelos meios de comunicação”. (*Idem*, p. 45)

Essas colocações permitem uma breve compreensão da profundidade e da amplitude da problemática. Esta se abordando nesse trabalho uma violação concreta, presente desde os primórdios da civilização que em muitos casos além de não serem notificadas, não chegam sequer a serem reveladas:

“[...] estas crianças sentem-se aprisionadas pelo medo, pela dúvida e pela culpa, e quando tentam comunicar o que acontece a alguém e esta pessoa não lhes dá crédito, elas ficam mais isoladas e com mais dificuldades de voltar a falar no assunto. Torna-se quase impossível sair desta situação apenas por si mesma”. (CRAMI, 2002. p. 45)

Destaca-se aqui, um ciclo de violações que deve ser interrompido, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) fundamentado no artigo 227 da Constituição Federal declara:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Brasil. Lei nº 8.069, 1990, art. 227)

A positivação desta lei proporciona subsídios legais, que transcendem os éticos e morais, que salienta a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em trabalhar no combate a esta violação. O objetivo de destacar estas três instituições, se baseia no entendimento que nenhum órgão individualmente terá condições de enfrentar esta problemática, a família e a sociedade precisam estar mais amparadas pelo Estado, desde o fornecimento de serviços estruturais de qualidade que transcendam as necessidades vitais do ser humano dando a este, condições dignas de sobrevivência, à construção de confiabilidade, que permita aos envolvidos a segurança em procurar órgãos estatais tendo em vista que não só os seus direitos serão respeitados, mas sua condição de sujeito.

É válido salientar, que segundo o ECA a criança e o adolescente tem prioridade absoluta, garante prioridade não só nos atendimentos, mas na criação de políticas públicas, sociais; serviços; e planos que atendam as necessidades de desenvolvimento e proteção deste público.

2.1 ESTATÍSTICAS OFICIAIS DA VIOLAÇÃO: ATÉ QUE PONTO ELAS DESVELAM A REALIDADE?

No sítio da Secretária dos Direitos Humanos – SDH (BRASIL, 2014) estão disponíveis as estatísticas referentes às denúncias de abuso sexual, que contemplam: a quantidade de denúncia por estado; o comparativo do aumento de número de denúncias entre os três últimos anos (2011-2013); o ranking entre os estados tendo por base o número de habitantes; o perfil da vítima por mês (sexo, orientação sexual, faixa etária); perfil da vítima por estado; o perfil do suspeito por mês e por estado; a relação existente entre o suspeito e a vítima por mês e por estados; a relação entre o demandante à vítima por mês e por estado; e o local da violação.

As denúncias são apuradas pelo disque denúncia, criado em 1997 por organizações não-governamentais, tornando-se responsabilidade do Governo Federal seis anos depois, coordenada pela SDH. O número 100 foi adotado no ano de 2006, resultando, segundo o histórico do disque 100, disponível no sítio do Ministério Público do Estado do Paraná, o aumento gradativo nas denúncias.

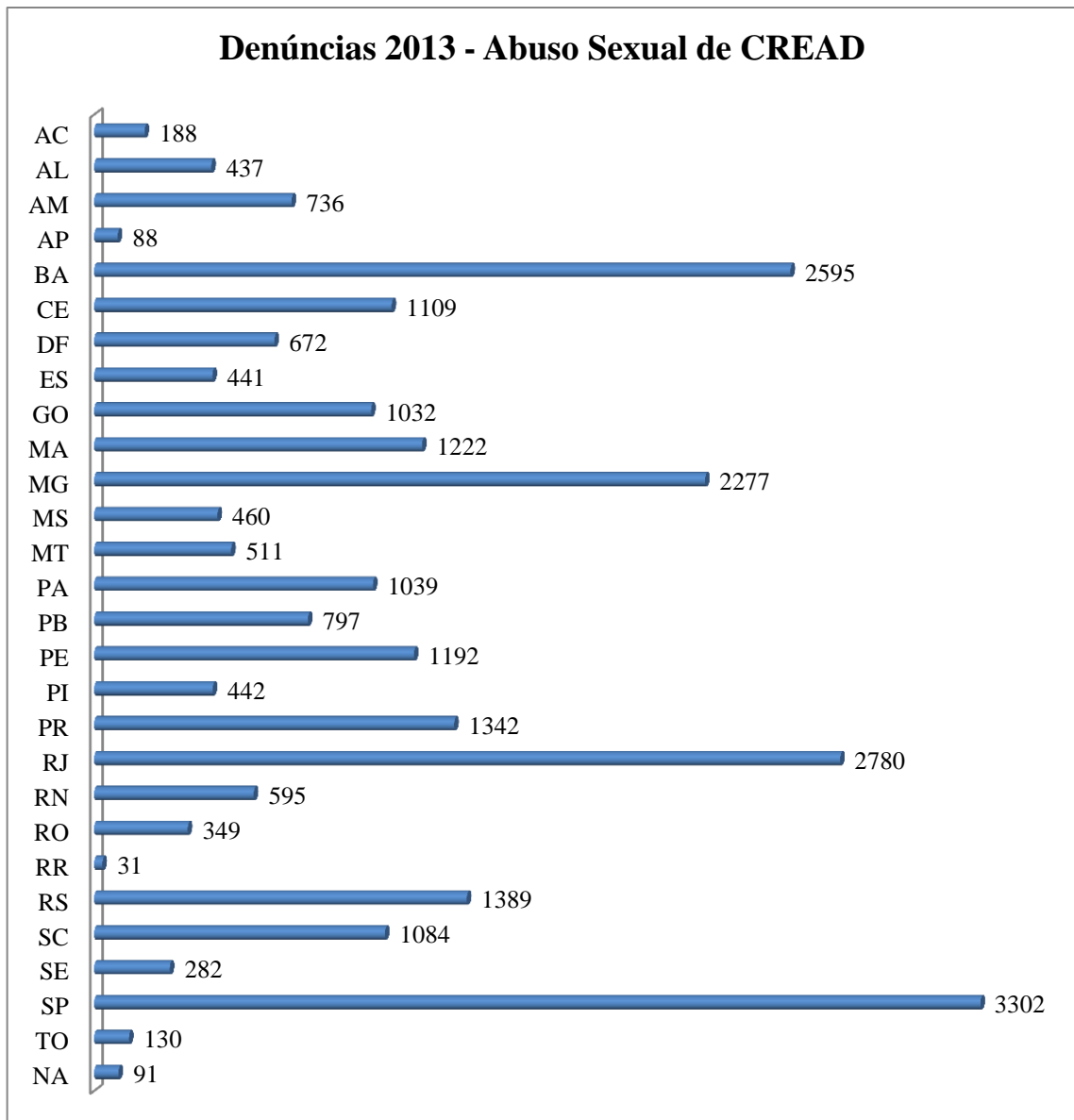
Denominada Violência Sexual, essa violação é entendida pela cartilha do disque 100⁶ como uma violação dos direitos sexuais, porque abusa do corpo e da sexualidade, seja pela força ou outra forma de coerção, ao envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias para a sua idade cronológica, ou para seu desenvolvimento psicosssexual. Trata-se de toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução) ou do uso de arma ou droga.

Objetivando um maior aprofundamento serão analisadas algumas dessas estatísticas, vale ressaltar que os dados tomados por referência são do ano de 2013, porque os dados de 2014 só foram tabulados até o quarto mês do vigente ano. No entanto, os dados deste ano serão contemplados no momento de avaliação dos dados objetivando um comparativo.

Um dos primeiros dados a contemplar refere-se ao número de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes nos estados do Brasil. Antes de se interpretar o numeral é importante ressaltar que o valor numérico possibilita uma prévia da realidade analisada, pois é sabido que muitos casos não se tornaram uma denúncia notificada.

⁶ Disque Denúncia Nacional dos Direitos Humanos. A definição da cartilha foi escolhida, pois esta sintetiza o pensamento dos diversos autores, estudiosos da violência sexual.

GRÁFICO 1 – Denúncias de Abuso Sexual cometidos contra Crianças e Adolescentes por Estado no ano de 2013.



Fonte: Dados da Secretária dos Direitos Humanos, 2014.

Faleiros et al (2001) destacam que num desvelamento de uma situação de abuso sexual há de se diferenciar dois fatos e dois momentos: a revelação e a notificação. Os autores lembram que o primeiro fato pode ser interrompido em dois momentos: quando a vítima ou alguém que suspeita do abuso revela a alguém que ela julgue que pode fazer algo em relação à situação revelada e anseia por ajuda e ações, esse momento é denominado *revelação privada*.

E o segundo denominado *revelação pública* é aonde se concretiza o relato e registro nas diversas instituições seja de caráter governamental ou não; os autores dizem que estes

locais são as portas de entrada da *queixa não notificada*, como os serviços de saúde, escolas, entre outros, os quais não podem investigar e a população tem fácil acesso e conhecimento.

Na segunda etapa, a de *notificação*, ocorre à entrada da queixa no intuito da sua resolubilidade. Os conselhos Tutelares, as Varas da Infância fazem parte dessas instituições que tem legitimidade para investigar a queixa, indiciar (ou não) o acusado, entre outras coisas.

São expostas essas aproximações teóricas, para afirmar a não dissociação da teoria e prática, pois esta fornece os subsídios para a construção daquela, e em resposta, a primeira a partir da análise crítica⁷ qualifica a materialidade da segunda, respaldada no respeito aos Direitos Humanos, essencial nas relações sociais e indispensáveis na intervenção junto aos usuários.

No processo de estágio obrigatório, realizado no VIRAVIDA⁸, foi perceptível a concretude da literatura, em especial, nas referências acerca da denúncia, objeto do meu projeto de intervenção. Na investigação que perpassou minha experiência foi identificado que muitos dos casos declarados⁹ ou pararam no primeiro momento, da primeira etapa ou não foram revelados no período da violação, como exposto por Faleiros et al (2001).

A dimensão investigativa foi fundamental para a materialização do meu Projeto de Intervenção: desmistificando a denúncia contra o abuso sexual; pois como fornecer um retorno fundamentado ao público de adolescentes e jovens alvos do meu projeto, sem conhecer a realidade das instituições onde ocorreria o que denominei: *percurso da denúncia* e em especial o atendimento fornecido as vítimas nesses locais? Mais precisamente, conhecer *in loco* os momentos vivenciados pela vítima de abuso sexual quando a denúncia é realizada¹⁰.

⁷ Análise essa construída a partir do método dialético de Marx, “um esforço intelectual de investigação” CHAGAS (2012, p.3), permitindo assim um concreto pensado, isto é, uma realidade pensada. Ver mais em: CHAGAS (2012).

⁸ O Projeto VIRAVIDA foi criado no intuito de fortalecer a Rede de Atendimento, Promoção e Proteção a Criança e ao Adolescente, tem por público alvo: adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, de ambos os sexos, em situação de exploração sexual comercial ou de tráfico para fins sexuais. O Projeto tem como premissa a promoção da elevação da autoestima, da escolaridade e da formação profissional visando florescer o potencial desse público assim como a conquista da sua autonomia.

⁹ Declaração feita superficialmente sob muitas lágrimas nos momentos das entrevistas que tive acesso através dos relatórios psicossociais. A equipe do Projeto percebeu que as declarações de abuso foram feitas com muita dificuldade (choro, dificuldade de falar, expressões de medo, vergonha).

¹⁰ O referido projeto foi dividido em dois momentos: Visita a Rede de Atendimento, Promoção e Proteção a Crianças e ao Adolescente e a construção de oficinas com a turma de Supermercado e Hotelaria. As instituições visitas foram respectivamente: Ministério Público a 65ª comarca da Criança e adolescente; Conselho Tutelar da Zona Leste; 1ª Vara da Infância; Delegacia Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente (DCA); S.O.S Criança; Instituto Técnico-Científico de Polícia do Rio Grande do Norte (ITEP); Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Foi um processo enriquecedor, além de ter o contato com os mais

Outro entendimento que deve ser destacado refere-se às denúncias cuja violação não ocorreu¹¹.

Não se pode esquecer que um propulsor para a denúncia é a suspeita, e quando esta é contemplada é de fundamental importância que a mesma venha ser realizada para que assim se elenquem os procedimentos necessários para a sua veracidade.

A partir destas ponderações é possível analisar o número expressivo de denúncias acerca do abuso sexual e afirmar a materialização dessa violação em diversas famílias na sociedade. É válido salientar que estes números não são apenas dados, mas a expressão de que sujeitos em desenvolvimentos estão sendo violados, isto é, tendo o seu processo de maturação sexual acelerado, sua saúde física e emocional prejudicada, e sua relação social familiar e comunitária abalada, em muitos casos, lembrando que as consequências transcendem o aqui exposto e não se limitam a vítima e a família, mas abarca a sociedade.

Após essas ponderações é possível, a partir da escolha dos dois estados com maior índice de denúncias, elencar as regiões onde ocorreu o maior numeral respectivamente: O sudeste, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro somaram 6.082 denúncias; Já na região Nordeste, os estados da Bahia e o de Pernambuco contabilizaram 3.787; no Sul os estados em que o abuso foi mais notificado foram o Rio Grande do Sul e Paraná, obtiveram 2.731; no Norte, o Pará e a Amazonas totalizaram 1.775; e no Centro-Oeste, Goiás e o Distrito Federal representaram 1.704 denúncias, conforme gráfico 1.

Esse levantamento foi destacado no intuito de elucidar o quanto aspectos históricos estão inter-relacionados com a temática trabalhada. Ora, ao analisar historicamente a região com maior índice de denúncias, se perceberá que nesta localidade no século XX se instaurou

diversos atores componentes da Rede de Proteção e observar a situação da mesma no estado do Rio Grande do Norte – algumas instituições como a DCA é responsável por todo o estado – foi possível o fortalecimento do laço de confiança e respeito entre os participantes das oficinas, pois houve a percepção que as informações fornecidas, eram bem fundamentadas e expressavam a realidade, pois advinha de uma pesquisa, cuja fonte de conhecimento era as instituições que atendia a situação que eles estavam sendo fomentados a denunciar: o abuso sexual. As oficinas tiveram por base a Teoria de Ação dialogada de Paulo Freire, a qual em síntese, nos incita a interagir frequentemente com o público para que o conhecimento seja construído coletivamente “não se ensina, aprende-se em ‘reciprocidade de consciências’”. (FREIRE, 1999 p.6)

¹¹ AMENDOLA, Marcia Ferreira (2009) Doutora em Psicologia Social do Programa de Pós graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGPS/UERJ. Em seu artigo “Analisando e (des) construindo conceitos: pensando as falsas denúncias de abuso sexual” faz uma análise dos vários conceitos de violência sexual contra a criança objetivando discutir as falsas denúncias envolvendo pais e filhos no contexto da separação conjugal. A discussão travada pela mesma nos leva a atentar quanto profissionais para as situações que possibilitam a construção de falsas denúncias, tendo em vista as sequelas que um diagnóstico equivocado pode acarretar, como a já existência de associação de pais a partir de ONGs que foram acusados indevidamente pelas (os) seus ex-companheiros (as) de cometerem o abuso sexual contra os filhos em comum.

os centros industriais, com destaque ao Rio de Janeiro, capital da República neste período, e a São Paulo que na década de 1920 superou o Rio de Janeiro com o seu parque industrial¹², vale salientar que o produto que possibilitou essa industrialização foi o Café.

A região Sudeste segundo o censo 2010 é a região mais populosa do País, e nela estão concentrados 80.353.724 habitantes, esta também foi responsável em 2011, por 53,1% do PIB (Produto Interno Bruto). Ou seja, a região mais desenvolvida da nação brasileira, também possui o maior percentual de denúncias. Antes de refletir sobre estas informações, é necessário realizar um comparativo com a região que ocupou o segundo lugar no recebimento de denúncias, cuja história difere paradoxalmente da primeira região.

No Nordeste as primeiras economias concentravam-se no plantio da cana de açúcar, algodão, tabaco; criação de gado, entre outros, produtos que garantiram lucros altíssimos para as elites nacionais com a exportação, todavia, não obtiveram o destaque que o café obteve, “graças a esse produto, a economia brasileira reintegrou-se nos mercados internacionais [...] que possibilitou a acumulação do capital [...] aplicado [...] na indústria” (TAMDJIAN, 2005 p.20).

O advento da industrialização do Brasil foi concentrado nas regiões que outrora eram responsáveis pelos cafezais. Diversos mandatos governamentais transcorrem, a conjuntura muda de país rural para país urbano. Na década de 1990 ocorre uma “reorientação geográfica do capitalismo mundial” (Idem. p.131) O investimento concentra-se no desenvolvimento das regiões já industrializadas. A partir desta década, o Brasil passa a ser administrado pelo modelo econômico neoliberal, cujas principais características estar o fomento ao individualismo, acentuado gradativamente com o aparato tecnológico “disponível” que permite a construção de relações virtuais.

Esse individualismo amplia as formas de relações, mas também minimizam contatos pessoais possibilitadores da construção de um elo profundo e humano de convívio entre as pessoas. Esse distanciamento, somado ao contingente populacional da grande metrópole brasileira configuram-se como justificativas para o alto índice de denúncias. Além do fato, da industrialização abordada outrora, ser a responsável pelo avanço dos dispositivos divulgadores das campanhas midiáticas incentivadoras ao combate da violência, cujo acesso foi facilitado pela trajetória histórica.

¹² Ver mais em FIGUEIRA (2003).

E como o Nordeste ocupa o segundo lugar do ranking, já que sua trajetória difere historicamente da região Sudeste? Um das justificativas baseia-se no fator econômico, a maioria dos estados nordestinos ocupa a faixa litorânea, ou seja, sua fonte de riqueza encontra-se no ramo, cuja propaganda associa à mulher brasileira a conotação de objeto sexual¹³. Sem mencionar, as raízes machistas, patriarcais tão alicerçadas nessa região, expressa desde os lares (o homem autoridade máxima) à política (pouca representação feminina).

Esses fatores permitem à reflexão que a quantidade populacional não é a única justificativa para a obtenção de mais denúncias, há um conjunto de fatores históricos, culturais e políticos envolvidos na numerologia “reveladora” dos gráficos.

Ao afunilar a análise para o estado do Rio Grande do Norte - RN pertencente à região Nordeste, será observado que em 2013 foram realizadas 595 notificações, neste ano no ranking de denúncias por 100 mil habitantes disponibilizado pela Secretária de Direitos Humanos. O RN ocupou a 8º posição, em 2013, já no ano anterior obteve o status do 2º lugar e no ano de 2011 estava na 3ª colocação, ou seja, o estado do RN têm significativas situações de abusos sexuais contra crianças e adolescentes que requerem não só o processo de resolutividade dos casos, mas a urgência de iniciativas de prevenção às quais venham corroborar para a diminuição gradativa não só desses casos, mas dos diversos tipos de violação contra as crianças e adolescentes, que sirvam até como referências para outros estados e países, tendo em vista que esse fenômeno acontece mundialmente.

Objetivando uma leitura não cansativa, as tabelas que se seguem foram enxugadas, recortando apenas as informações da região nordeste. Todavia, apenas o estado do Rio Grande do Norte (RN) será destacado. A tabela abaixo aborda dado que revela umas das expressões da Questão Social: a subalternização da mulher, responsável pelas mais diversas violações, imposta pela hierarquização das relações sociais de gênero.

TABELA 1 – Perfil das vítimas: Sexo.

Disque 100 – Criança e Adolescente – Perfil das Vítimas - Sexo												
Sexo	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NA	TOTAL ¹⁴	%
Feminino	409	2422	1045	1170	796	1157	427	571	278	37	25449	72,12%
Masculino	91	554	243	238	181	287	94	135	76	17	6196	17,56%

¹³ Para uma maior reflexão assistir: CINDERELAS, lobos e um príncipe encantado (2009).

¹⁴ O total é referente a todos os estados mais o Distrito Federativo que compõe o Brasil.

Não informado	62	291	134	125	95	187	66	93	26	56	3643	10,32%
Total	562	3267	1422	1533	1072	1631	587	799	380	110	35288	100,00%

Fonte: Editado pelo próprio autor com Dados da Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

Na maioria dos casos de abuso sexual, as vítimas são crianças do sexo feminino, o que corresponde a 72,12% dos casos. Esse fato estar intimamente relacionado com a hierarquização de gênero historicamente construída por uma sociedade de origem machista e autoritária fundamentada no patriarcado, gerador de diversas violações expressas na autoridade que não pode ser questionada.

Neste regime as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade. (SAFFIOTI, 2009 p. 10)

Mesmo sendo expressão da violência de gênero, o machismo exerce outra dominação, em especial quando a referência é o desenvolvimento das crianças, a separação do que se destina ao menino, tanto no âmbito do brincar, quanto dos serviços domésticos, é diferente, do da menina. Essa deve ser dócil, sentimental, submissa, aquele deve ser firme, sem sentimentos, autoritário¹⁵.

Esta construção não só acarretou uma subalternidade para mulheres mas também suprimiu os sentimentos do sexo oposto. Ao relacionar essa compreensão com o abuso sexual será observado, o quanto este público também foi violado, pois o fato de *ser* homem acarretava a esses a não expressão do que se sentia independente da situação vivenciada.

A autora Saffioti (2004, p.19) destaca “É preciso, contudo, pensar que pais vitimizam não apenas suas próprias filhas, como também seus filhos. Num país tão machista quanto o Brasil, este é um segredo muito bem guardado”. As crianças do sexo masculino não estavam e nem estão isentas dessa violação, pelo contrário, é importante refletir que o número de violações nesse público pode ser igual ou até superior, afinal, as estatísticas mostram dados notificados em um contexto em que o menino é ensinado a ter seus sentimentos velados e suas dores suprimidas – podendo ser até ridicularizado caso exponha que ainda não está pronto sexualmente – pelo fato de

¹⁵ Ver filme “Acorda, Raimundo... acorda”(1990). Este não refere-se precisamente ao público infantil, mas permite uma reflexão acerca da divisão das atividades entre o gênero, cujo ensinamento começa na infância. Disponível nas referências.

se constituir homem, ser humano indiferente a sentimentos, principalmente quando estes têm relação com a conotação sexual.

É válido ressaltar que este posicionamento vem sendo desconstruído ao longo dos anos, todavia, é sabido que em muitos contextos esse entendimento permanece, em especial quando está relacionado a famílias incestuosas. O que amplifica a continuidade na luta pela igualdade do gênero, sob o objetivo de construir culturalmente um posicionamento cujo indivíduo seja respeitado, independente da sua sexualidade.

Outro fator intrínseco ao abuso sexual refere-se a faixa etária das vítimas, ao se analisar os dados será possível observar o quanto essa violação acontece com crianças e adolescentes, o que expressará outro fenômeno presente desde a gênese da sociedade: o adultocentrismo¹⁶.

TABELA 2 – Perfil das Vítimas: Faixa Etária.

Dique 100 – Ano de 2013 – Criança e Adolescente – Perfil das Vítimas – Faixa Etária.												
Faixa etária	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NA	TOTAL¹⁷	%
0 a 3 anos	33	170	77	69	65	84	28	56	20	17	2142	6,07%
4 a 7 anos	66	424	194	158	109	238	72	103	58	4	4792	13,58%
8 a 11 anos	103	608	242	285	186	288	135	123	50	8	6818	19,32%
12 a 14 anos	154	1099	419	550	378	495	150	245	128	4	10401	29,47%
15 a 17 anos	148	698	342	350	238	324	143	174	95	12	7549	21,39%
Não Informado	57	262	143	118	93	201	57	97	29	65	3518	9,97%
Nascituro							1	1			5	0,01%
Recém-nascido	1	6	5	3	3	1	1				63	0,18%
Total	562	3267	1422	1533	1072	1631	587	799	380	110	35288	100,00%

Fonte: Editado pelo próprio autor com Dados da Secretária de Direitos Humanos, 2014.

A faixa etária em que ocorre o maior número de violações, ou pelo menos, cujo número de notificações é maior é entre 12 e 14 anos de idade. No entanto, é válido destacar as denúncias referentes às crianças de tenra idade, que somadas representam 13.752 violações, ou seja, cerca de quatorze mil crianças de 0 a 11 tiveram seu direito referente à dignidade sexual violado.

Mattos (2002 p.180) acrescenta que as consequências do abuso sexual variam segundo uma série de fatores, e destaca a idade da vítima e do agressor, defendendo que “a criança pequena é muito mais frágil tanto às armadilhas da sedução quanto as ameaças que ele lhe faz”. Esse

¹⁶ A postura adultocêntrica não confere credibilidade à criança e ao adolescente, os adultos são os detentores da verdade. (CRAMI, 2002)

entendimento reafirma a prioridade absoluta na criação de serviços de saúde, educação, assistência entre outros, em especial daqueles cujo foco é a prevenção, para o público infantil, cuja vulnerabilidade é maior.

A autora supracitada em concordância com diversos autores afirma que “Quanto mais íntima a relação entre eles (pai/mãe – filho/a), maior o paradoxo entre proteção e abuso” (MATTOS, 2002 p.181). A mesma refere-se à contradição gerada na psique da criança, e muitas vezes ela não decerne o carinho, intrínseco a proteção, do abuso. Na tabela 3, são citados vários graus de parentescos, contemplando os vínculos intrafamiliar e extrafamiliar. No Estado do Rio Grande do Norte aconteceram 378 denúncias identificadas no vínculo intrafamiliar, sem mencionar os casos desconhecidos e não informando, ou seja, a proporção desses casos é bem maior que o numeral gráfico.

TABELA 3 – Relação entre o Suspeito e a Vítima.

Dique 100 – Ano 2013 – Criança e Adolescente – Relação Suspeito Vítima												
Relação	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NA	TOTAL¹⁸	%
Desconhecido(a)	131	671	320	318	264	480	119	231	163	40	8538	19,58%
Pai	68	512	198	147	94	229	85	97	52	3	5141	11,79%
Mãe	79	354	208	140	161	297	64	133	58	3	4849	11,12%
Padrasto	76	321	146	227	106	191	61	98	34	1	4642	10,64%
Não informado	117	772	249	303	190	333	180	161	69	59	7333	16,81%
Vizinho (a)	41	286	124	153	116	126	43	43	17	3	2608	5,98%
Namorado(a)	42	229	128	111	129	98	26	53	25	2	2248	5,15%
Tio (a)	17	189	48	89	43	89	37	30	16	1	2031	4,66%
Amigo (a)	13	81	48	28	32	27	16	9	4		886	2,03%
Irmão (ã)	21	91	20	32	11	47	8	20	6		874	2,00%
*Outras relações menos recorrentes	62	336	216	203	149	179	85	123	48	4	4460	10,23%
Total	667	3842	1705	1751	1295	2096	724	998	492	116	43610	100,00%

Fonte: Editado pelo próprio autor com Dados da Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

Os dados revelam a inversão de papéis, isto é, quem deveria proteger segundo a constituição, estão se configurando como os autores da violação. E essas proximidades vivenciadas entre os autores e vítimas complexificam a problemática, tendo em vista a cultura de não exteriorização dos “problemas familiares”.

Sendo a criança dependente totalmente do adulto, ser vítima de violência perpetrada por quem deveria cuidar e proteger a coloca em situação de extrema vulnerabilidade pondo em risco sua integridade física, emocional e psíquica (CEDECA, 2009 p.78).

Nesta direção Cunha (2004) salienta a incapacidade do abusador em parar por si mesmo com a prática incestuosa, assemelha-o a um viciado em drogas, justificando que como tal, não tem estrutura psicológica para cumprir suas promessas. Ou seja, a violência sexual requer uma intervenção profissional amplificada, atingindo assim os sujeitos envolvidos: vítima, violador, parentela, pois a interação familiar constitui-se como elemento essencial para a minimização das sequelas da violação.

Outro ponto merecedor de destaque refere-se à síndrome do Estocolmo¹⁹, ocorrida quando a vítima se apaixona pelo agressor, “mesmo que ela não goste, pode não oferecer resistência por medo ou por estar seduzida pelo agressor” (CRAMI, 2002 p.20). Essa situação requisita uma análise aprofundada, como esse recorte não constitui objetivo deste trabalho, é válido ressaltar a gravidade da situação quando esta é vivenciada, tendo em vista, a construção de um sentimento amoroso/sexual a partir de uma violação, por parte da vítima.

Ainda dentro dessa configuração, acerca do perfil da vítima, a tabela 4 fornece dados salutareis para os profissionais e estudiosos da temática, esta revela que 40,10% das violações ocorrem na casa da vítima e 31,75% na casa do suspeito, ou seja, 71,85% dos casos ocorreram no habitat, local símbolo de proteção, onde ocorre o desenvolvimento íntimo dos sujeitos humanos, cuja sensação de segurança e conforto a priori deve prevalecer. Esses dados são fundamentais, pois fornecem subsídios para a construção de mecanismos de enfrentamento a esta violação.

TABELA 4 – Local da Violação.

Dique 100 – Ano 2013 - Criança e Adolescente – Local da Violação												
Relação	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NA	TOTAL²⁰	%
Casa da Vítima	177	1008	480	503	289	522	170	237	113	8	11161	40,10%
Casa do Suspeito	135	897	377	374	289	350	138	198	99	13	8839	31,75%
Casa	39	261	101	123	81	117	52	75	32	5	2692	9,67%
Outros	58	206	88	105	74	117	43	56	31	66	2297	8,25%
Rua	41	252	85	117	84	114	40	50	19		2060	7,40%
Escola	4	32	18	23	14	19	15	6	5		529	1,90%

¹⁹ “A Síndrome de Estocolmo é o nome dado a um estado psicológico particular em que uma pessoa, submetida à um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia e até mesmo sentimento de amor ou amizade perante o seu agressor.” (ARAGUAIA, 2014)

Local de trabalho	1	17	2	8	3	4		3	1		105	0,38%
Igreja		7		1	1	1	2				38	0,14%
Delegacia de Polícia		2		6	2		1	1		1	34	0,12%
Hospital		4		2		3					30	0,11%
*Outros locais menos recorrentes	0	8	1	1	1	3	0	1	0	0	51	0,18%
Total	455	2694	1152	1263	838	1250	461	627	300	93	27836	100,00%

Fonte: Editado pelo próprio autor com Dados da Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

Por exemplo, na elaboração de um guia escolar acerca da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, observa-se alguns indicadores na conduta de crianças e adolescentes e entre eles estão “Assiduidade e pontualidade exageradas. Chegam cedo e saem tarde, demonstram pouco interesse em voltar para casa após a aula, ou até apresentam resistência a isso [...] frequentes fugas de casa” (SANTOS, 2011 p.90).

Estes sinais fazem parte de um leque de indicadores já construídos no intuito de se facilitar a identificação de crianças e adolescentes vítimas das mais diversas violências. Violências essas ocorridas na sua maioria no habitat das crianças e perpetuadas por aqueles que deveriam protegê-las.

No entanto, o entendimento e o respeito às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos deve prevalecer na sociedade, contribuindo assim para a redução de violações contra este segmento geracional.

2.2 O HABITAT DA VIOLAÇÃO NO DECORRER DA HISTÓRIA

Conforme o médico legista francês, autor da primeira monografia sobre a violência sexual, e os dados estatísticos apresentados anteriormente, a família se constitui como o maior local de violação. Entretanto, antes de se abordar o contexto de violação vivenciado pelas denominadas, famílias abusivas, faz-se necessário uma sucinta conceituação dessa instituição, no entanto, não serão abordados os diversos modelos familiares existentes na contemporaneidade, tendo em vista que a composição familiar não se constitui determinante²¹ em si mesma, para a ocorrência de violação.

²¹ “Para abordar a violência Sexual Doméstica o CRAMI se utiliza do modelo Multicausal proposto por Azevedo e Guerra que, resumidamente, coloca o fenômeno como resultado de uma inter-relação de fatores como experiência de socialização, características patológicas, posição social, fatores situacionais de stress, histórico de abuso vitimização, características particulares, subsistemas de regulamentação de relações sexuais e intergeracionais de cada sociedade”. (CRAMI, 2002 p.21)

Scodelario (2002) faz algumas considerações gerais sobre a família, salientando que na Idade Média a família não tinha função afetiva, sua responsabilidade era em transmitir a vida, nomes, herança. Já no século XVIII a família passa a valorizar o sentimento e se distancia da sociedade, preferindo a intimidade da vida privada, a partir desse período responsabiliza-se pela transmissão de valores e conhecimento.

Bruschini (2000) faz menção de Habermas discípulo da Escola de Frankfurt, pois ele descreveu a privatização da família através da mudança arquitetônica na construção das residências “No lugar do antigo ‘grande salão’, surge à sala de jantar separada da sala de visitas, enquanto os quartos individuais tornam-se maiores e os membros das famílias isolam-se cada vez mais no interior das casas” (BRUSCHINI, 2000 p. 54).

Essa mudança arquitetônica expressa uma nova forma de organização, a individualidade dos sujeitos passam a ser construídas e fortalecidas. A depender do poder aquisitivo dos habitantes a quantidade de compartimentos tende a ser ainda maior, assim como a espessura das paredes e a delimitação do território, isto é, não se constrói casas conjugadas.

A autora supracitada aborda a função da família nas diversas correntes de pensamento, nas obras de inspiração marxista, a sua função econômica é salientada:

Dentro da função econômica, é importante considerar que a família é também uma unidade de consumo. [...] A família passa então a ser um grupo que compartilha um orçamento, com entradas em dinheiro e saídas em gastos. Nesse sentido, a família é também uma soma de rendimentos. Para fazer face às necessidades econômicas do grupo, sejam elas de estrita sobrevivência ou de padrões de vida diversificada, os membros da família se distribuem em atividade geradoras de renda – trabalho assalariado, trabalho informal, bicos etc. – em atividades domésticas – que não geram mas poupam renda – e em atividades escolares. (BRUSCHINI, 2000 p. 65)

Essa compreensão é acrescida por Sarti (2007 p. 66), para ela é notório que a soma de rendimentos acontece nas diversas classes sociais, todavia, na classe menos abastada esse advento é observado na manutenção dos vínculos com a rede familiar, a autora aborda que diante das dificuldades enfrentadas, seja pelas uniões instáveis, seja pelos empregos incertos, “desencadeassem arranjos que envolvem a rede de parentescos com um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem”.

Essa reorganização demonstra a estratégia de sobrevivência do grupo, mediante um sistema fomentador de empregos incertos, informais – sem garantias trabalhistas – gerador de

um contingente populacional não saudável²². Afirmando assim a contribuição teórica de Bruschini (2000 p. 71-72), quando aborda:

No mundo privado da instituição familiar o trabalhador encontra um pequeno espaço de manobra ante as pressões do sistema econômico. As tensões e os conflitos são enormes dentro do grupo, mesmo porque as necessidades e aspirações devem ser consideradas com rendimentos precários. Mas a família é também o núcleo dentro do qual as pessoas obtêm seu prazer via alimentação, sexualidade e lazer.

Adentrando nos conflitos e tensões dentro do grupo familiar, resultado das pressões do sistema econômico vigente, observa-se um leque de violações fomentado pelos valores patriarcais, machistas, adultocêntrico existentes, nas organizações familiares. Aprofundado nas famílias com dinâmica de violência, conforme Scodelario (2002).

Feitas essas considerações introdutórias, já se pode recortar a conceituação da instituição família, contemporaneamente, conforme Scodelario (2002 p.95), como:

Um grupo de pessoas que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e, em especial, afetivas. Esse grupo ocupa um lugar intermediário entre o indivíduo e a sociedade da qual ele faz parte, possuindo intimidade, organização e dinâmica próprias.

Essas ponderações possibilitam compreender de forma sucinta o entendimento da instituição familiar ao longo dos anos. Baseando-se na concepção contemporânea, é válido destacar que “a família constitui o primeiro, o mais fundante e o mais importante grupo social de toda pessoa, bem como seu quadro de referência, estabelecido através de relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento” (VARA, 1996, p. 8 apud KUNG, 2008 p. 53).

A partir dessa definição é notório o entendimento na fundamentalidade da família nas relações sociais, no entanto, essa instituição ao longo dos anos tem sido alvo das expressões da questão social, seja manifestada na ausência de condições dignas de sobrevivência: alimentação, saúde, educação, infraestrutura, segurança, entre outras; seja na falta de emprego, contribuindo assim para o exercito industrial de reserva altamente funcional ao sistema vigente; seja em situações de violência doméstica nas suas mais diversas modalidades, vitimando na maioria dos casos: crianças/adolescente e mulheres, situação essa

²² “A saúde das pessoas é resultado das condições sociais e econômicas em que nascem, crescem, trabalham, e envelhecem, e que, portanto, ter saúde não depende apenas de serviços de saúde, mas também de escolas, moradia, emprego, transporte, entre outros serviços” (MORAES, 2014 p.230).

presente nas diversas classes sociais, mas sendo melhor ocultadas pelas mais abastadas pela sua posição “privilegiada”.

Outrora foi ressaltada a dificuldade do médico francês em mostrar para a sociedade que o local de maior ocorrência de abuso sexual era a família. Esta era envolvida por um véu da sacralidade, segundo, Diógenes (2010) que só passou a ser removido a partir dos anos 2000. Esta informação permite o questionamento: até que ponto essa remoção serviu para evitar mais situações de violações presente na instituição conceituada como o “mais fundante e o mais importante grupo social da pessoa humana” ? (VARA, 1996, p. 8 apud KUNG, 2008 p. 53).

Vale salientar que este trabalho não objetiva caracterizar a família como uma instituição isenta de violações, nem tão pouco, classifica-la como fonte originadora dos conflitos. Mas sim, refletir minimamente acerca do bombardeio que esta vem sofrendo, resultado das desigualdades sociais tão acirradas por um sistema cujo fator econômico sobressai o social. Na situação de abuso sexual intrafamiliar, por exemplo, tanto a filha de um pobre quanto a de um rico são vítimas dessa violência. No entanto, esta violação ocorre de distintas formas entre estes segmentos.

Saffioti (2004) descreve ambas as situações, e expõe primeiramente que o pai biológico é o adulto homem em que a criança mais confia, remetendo assim a Mattos (2002), citada anteriormente, quando esta afirma o aumento do paradoxo entre proteção e abuso quanto mais íntima é a relação entre o violador e a vítima. A primeira autora continua sua exposição afirmando “nas camadas mais bem aquinhoadas, social e economicamente falando, o abuso obedece à receita da sedução: mais atenção para aquela filha [...] as técnicas são sofisticadas [...] passam lentamente da ternura a lascívia”. (SAFFIOTI, 2004 p. 20-21)

Já nas camadas menos favorecidas social e economicamente “o pai coloca um revólver [...] ou uma faca de cozinha junto à cama ou sobre ela, [...] rasga-lhe as roupas e a estupra ameaçando-a de morte, se gritar, ou ameaçando-a matar toda a sua família, se abrir a boca para contar o sucedido a alguém” (SAFFIOTI, 2004 p. 21).

A autora continua descrevendo várias situações que demonstrará ao leitor as consequências para ambas às vítimas e defenderá majestosamente o quão a situação de abuso sexual intrafamiliar não é exclusiva das camadas populares – desconstruindo assim a

caracterização de que o ‘mal’ é exclusivo da pobreza – além de ser mais prejudicial para as camadas abastadas, afinal:

A menina pobre, sozinha em casa com o seu pai, não tem a quem apelar [...] A rigor, não havia saída. Se não havia escapatória, ela é, indubitavelmente, vítima e como tal se concebe e define. [...] Ademais, salvou a sua família da morte, esta menina não se vê como culpada; vê-se como vítima. [...] do outro lado está, a menina mimada, acariciada [...] Esta criança foi, cautelosa e gradativamente, introduzida nas artes do amor por seu próprio pai, provedor também de prazer sexual. Trata-se, por conseguinte, de um amado pai. Entretanto, há a outra face da moeda: como nunca reagiu contra as provocações de seu pai, [...] colaborou como o pai durante todo o processo. Ainda que, a rigor, não tenha nenhuma culpa, tampouco responsabilidade, não se vê como vítima, que realmente é, mas como copartícipe. Disto deriva uma profunda culpa [...] proporcional á delicadeza do processo de sedução utilizado por seu pai. Ela sente-se a sedutora. Logo, seu pai foi sua vítima [...]. (SAFFIOTI, 2004 p. 23, 24 e 25).

Essas situações demonstram o quanto o abuso sexual não tem cor, idade, raça, situação econômica, entre outras diferenciações organizadoras da etnia populacional. É uma violação que requer estudos e intervenções interdisciplinares, pautadas em leis garantidoras de proteção real a vítima, assim como o atendimento a esta e aos envolvidos na situação, afinal o violador deve se submeter a tratamento concomitantemente a sua responsabilização judicial. Isto é, a criminalidade do fato não exclui o respeito as seus direitos constitutivos, por parte das instâncias responsáveis.

Além de ressaltar a não determinação da classe social para a situação de violência, Cunha (2004) salienta que mesmo as denúncias prevalecendo no segmento econômico menos favorecido, não isenta as classes de poder aquisitivo econômico e político do abuso sexual, a diferença é que nesta a violação é velada de forma mais eficiente, pois se valem de diversos mecanismos para a manutenção do sigilo. Além dos fatores externos que contribuem positivamente para o complô do silêncio: status; nome da família; o violador pertence contraditoriamente a bancada dos defensores do direito (advogados, juízes²³, promotores, entre outros).

Os muros altos escondem muitas violações, as mansões têm mais compartimentos, até a espessura da parede é maior; já nas casas pobres existe menos vãos, a proximidade das casas

²³ Saffioti (2004) faz menção de uma experiência com sua orientada na dissertação de doutorado que registrava a experiência de situação de violência doméstica entre pessoas de classe alta. A esposa de um juiz argumentava a pesquisadora “como posso denunciá-lo, se a investigação deveria ser realizada por pessoas que o respeitam muito, e em ultima instância, o caso seria julgado por um colega seu?” (SAFFIOTI, 2004 p. 26).

permitem qualquer ruído ser escutado pelo vizinho, aumentando assim a probabilidade de identificação dos casos, nessa situação.

Para uma maior compreensão da família num contexto de abuso sexual, serão analisados os papéis ocupados pelos membros do grupo familiar, conforme o modelo construído a partir do século XVIII, apresentado anteriormente²⁴. Tomando por base as tabelas 1 e 3 cujo informe atribuía ao sexo feminino a maior quantidade de vítima e ao pai a constituição de maior violador informado, respectivamente, se associará a postura assumida por cada um nesse contexto de violação, salientando alguns aspetos presentes nessas famílias, denominada por Scodelario (2002) como família abusiva²⁵. Para isso será realizado um diálogo entre diversos estudiosos da temática.

Cunha (2004 p. 31) coloca o abuso de poder como sendo uma das principais características do incesto na infância e adolescência. “No incesto o mais forte domina o mais fraco [...] o agressor usa o poder que possui visando tão somente satisfazer seus desejos e aliviar suas tensões”. Ao refletir sobre qual membro familiar concentra-se o poder Bruschini (2000) responde ao escrever sobre a família no Brasil, segundo a autora no século XVI e XVII a estrutura doméstica patriarcal, advinda dos portugueses, caracterizava-se pela importância central atribuída tanto ao núcleo conjugal quanto a autoridade masculina, todavia a este pertencia o poder econômico e político, ele era o patriarca, o chefe.

É válido ressaltar que quatro séculos depois, a estrutura doméstica se rearranjou, todavia, a cultura patriarcal ainda é forte culturalmente. O detentor do poder – na sociedade brasileira desde o período da colonização²⁶ – na situação de abuso sexual intrafamiliar, segundo Scodelario (2002) raramente assumirá sua responsabilidade, até porque, como alguém que historicamente é responsável, conforme Sarti (2007) pela autoridade moral e respeitabilidade familiar, causará algum mal a sua prole? Ele não... só pode ter sido outrem ou no mínimo foi provocado.

²⁴ A redação acerca dos papéis não fundamenta-se na concepção Durkheimiana em que cada indivíduo tem sua função e deve executá-la bem para um melhor desenvolvimento da sociedade, mas sim, pretende esclarecer a hierarquização construída a partir de determinado modelo familiar, que reforçam situações de violência vivenciadas por famílias em contexto de abuso sexual, ao mesmo tempo que explica determinados posicionamentos assumidos pelos atores desse grupo.

²⁵ O CRAMI (2002) denomina família incestogênica; já a autora SAFFIOTI (2004) diferencia o incesto de abuso incestuoso.

²⁶ “[...] o modelo de família patriarcal decorreu da transposição, para os trópicos brasileiros, de padrões culturais portugueses. Impondo seu domínio na Colônia, subjugando os indígenas e, mais tarde, importando escravos negros, os portugueses foram destruindo formas familiares próprias desses grupos” (BRUSCHINI, 2000 p.67).

Na pesquisa realizada por Saffioti (2004 p.23) lê-se: “Outras mães tentam culpabilizar as filhas, pois, a seu ver, as meninas seduziram seus pais”. É comum a rivalidade entre mãe filha, o que amplifica a dificuldade na resolutividade dos casos.

Retomando ao violador, Scodelario (2002) ressalva que o agressor também tem sentimento de depreciação. Cunha (2004) concorda fundamentada em Marshall (1990), ao dizer que há até o remorso após o abuso, todavia o arrependimento gerador de mudanças é inexistente em seus corações (MARSHALL, 1990 apud CUNHA, 2004) e salienta a necessidade de um acompanhamento especializado.

Para se chegar a este acompanhamento é crucial a realização da denúncia, objeto central no Projeto de Intervenção realizado no VIRAVIDA, todavia, é válido destacar a inexistência de instituições que atuem com este violador no estado do Rio Grande do Norte. Segundo os diversos profissionais entrevistados no período do estágio, não há para onde encaminhá-lo. Ele é ouvido no CREAS, que na ausência de uma equipe formada pelo Ministério Público para averiguar as denúncias, fazem esse trabalho deixando assim de fornecer um acompanhamento a esta família, sua real função²⁷.

A morosidade da justiça é uma realidade retratada e criticada nas diversas literaturas sobre a temática elucidada. Nas entrevistas realizadas com os profissionais atuantes da Rede de Proteção e Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, além da realidade exposta anteriormente, acerca da ausência de trabalho com os agressores, limitando apenas a apuração de provas condenatórias, existe uma lacuna temporal inaceitável entre a formalização da denuncia e a responsabilização judicial realizada nos tribunais. Segundo, o delegado da DCA do estado, havia inquéritos do ano de 2010, ou seja, quatro anos transcorridos da violação e o acusado em liberdade. Já a psicóloga do ITEP revelou que a perícia psicológica é realizada no ano seguinte ao agendamento do encaminhamento, salvos os casos urgentes²⁸.

A condenação do agressor é entendida de forma ampla. Ela não tem aqui a conotação de ‘pagar pelos erros cometidos’. Acredita-se que a condenação representa uma responsabilização civil pelos atos de desrespeito à dignidade de um ser humano, de violação dos direitos de um cidadão, mesmo sendo este cidadão ‘apenas’ uma criança ou adolescente. [...] Além disso, se o abusador doméstico não é levado à responsabilização ou, pior, é considerado inocente, estará sendo

²⁷ As afirmações apresentadas resultam das aproximações realizadas no período de abril à agosto de 2014 participei como estudante do Curso de Formação para profissionais que atuam nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, fornecido pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Casa Renascer.

²⁸ O exemplo fornecido para caso urgente foi a situação em que a criança é de terna idade.

legitimado diante da sociedade a continuar praticando abusos sexuais (CRAMI, 2002 p. 32-33).

Essa realidade fomenta a reflexão dos casos não denunciados, Cunha (2004) delinea sobre o muro de silêncio erguido pelos parentes para proteger o agressor. Mas também há casos em que a mãe, próximo membro a ser descrito, opta pela separação, porém não denuncia o abuso sexual sofrido pelo (a) filho (a), a compreensão da realidade penitenciária desencoraja a atitude da denúncia, ou seja, dá-se um jeito familiar objetivando menos sofrimento para ambas as partes (violador e vítima).

É fundamental a materialização da denúncia, mas tão quanto é a reestruturação do sistema penitenciário, assim como os demais, se não houver investimento nesse sistema em concomitância com os outros, como esperar a resolutividade dos casos? A clareza de que a atuação profissional se dar com a família é suficiente para entender que há laços fraternos por mais fragilizados que sejam entre o grupo, isto é, “a família [...] não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade” (BRUSCHINI, 2000 p. 77), por isso só o processo de encorajamento a denuncia não é o suficiente.

A postura assumida pelas mães que só se separam reflete a responsabilidade expostas por Sarti (2007) da mesma em manter a unidade do grupo. Numa família em contexto de abuso sexual é recorrente a não aceitação da mãe aquela realidade, tornando-a conivente com a violação. Scodelario (2002 p. 102) relata: “A mãe, por exemplo, tenta negar os fatos na tentativa de se proteger de conflitos internos, como ter de escolher entre a filha ou o companheiro, bem como entre proteger a filha ou uma suposta unidade familiar”.

Ao analisar as posturas assumidas pela mãe, será percebida a expressão do papel da mulher durante os séculos em que a família patriarcal passou a prevalecer na sociedade. Bruschini (2000 p. 68) se baseia na descrição realizada por Freyre sobre a mulher: ela era a “esposa dócil, submissa, ociosa e indolente, mas teria tido, segundo outros estudiosos mais recentes, importante papel na gerência do domicílio, comandando os escravos, zelando pela educação dos filhos”.

E esse outro papel é identificado por Sarti (2007 p. 64) quando esta expõe que a mulher seria a *chefe da casa* e o homem o *chefe da família*, ou seja, a mulher é destinada à função de organizar o lar, administrá-lo “ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja

em seu lugar”, por isso ao se deparar com a violência no seu habitat, sem mencionar quando esta é vítima também, são várias as possibilidades de reação.

O complô do silêncio é citado pelos diversos estudiosos da temática ao se referirem aos aspectos encontrados nas famílias abusivas, Scodelario (2002) cita algumas possibilidades para a omissão da voz do parceiro não agressor, exemplificado neste trabalho como a mãe. Segundo a autora, o medo do agressor; a não aceitação da necessidade de se romper a unidade familiar já fragilizada; o medo de perder um dos envolvidos; são alguns dos motivadores, assim como o receio de escândalo na comunidade. Ou seja, aquela que ao longo dos anos “teve a responsabilidade” de manter a organização familiar, ver-se diante de uma violação, cujas sequelas expressarão a não eficácia da sua administração.

Vale salientar que estas afirmações objetivam o entendimento daquelas situações moralmente descritas como inaceitáveis, o conhecimento reflexivo possibilita a construção de estratégias para a atuação nos casos inseridos neste contexto, até porque eles são bem recorrentes segundo o arcabouço teórico já produzido.

Já em relação à criança, entendida como um sujeito de direito há somente exatos 24 anos, será lido acerca do temor que esta sente para denunciar, Scodelario (2002) continua a explicar que por mais deflorada que esteja não revelará o ocorrido, pois avalia o risco de separar a família; ser considerada culpada; perder um dos pais; precisar sair de casa.

Conforme Scodelario (2002) a falta de comunicação existente na família, assim como a autoestima rebaixada entre seus membros amplifica a dificuldade, ora se há ausência de diálogo entre assuntos do dia-a-dia, quanto mais aos referentes às graves situações? Já em relação ao segundo aspecto, a autora citada expõe o quão doloroso é para a criança perceber a sua impotência, fator agravado quando observa que a mãe está na mesma situação.

Estão sendo observados os papéis assumidos por cada ator da família, tendo em vista, que a atuação profissional deve ser com todos eles.

A tarefa do profissional não é apenas identificar quem executa a violência acreditando que trata-lo individualmente é a única intervenção necessária, mas entender que está diante de uma família com uma dinâmica que inclui a violência em suas relações; estando ainda ciente de que, quando a pessoa que foi vitimizada ou o agente da agressão é retirado da família, é provável que outro membro passe a ocupar seu lugar, caso essa dinâmica não seja percebida e tratada. (SCODELARIO, 2002 p.98)

Em suma, mesmo a família tendo ao longo da história se configurado como o habitat da violação é dela que provém os mecanismos para a ressignificação da mesma, afinal a literatura crítica denomina o humano como sujeito de direito, pois entende-o como partícipe das estruturas que formam a sociedade, e dentre elas está a família definida por Petrini (2004 apud KUNG, 2008 p. 56) de forma salutar ao aqui registrado:

Embora se constate que a família tem passado por várias transformações ao longo da história, permanece como condição para a humanização e socialização das pessoas. Ela representa uma forma de relação social constitutiva da espécie humana, tanto como estratégia de sobrevivência dos grupos como condição para o desenvolvimento e realização da pessoa.

2.3 O HABITAT DAQUELAS QUE JÁ SOFRERAM VIOLAÇÃO: A HISTÓRIA DE “MORANGUINHO”, “BARBIE” E “BONECA DE PANO”.

No quinto semestre do curso de Serviço Social, na disciplina de pesquisa II, realizei um levantamento exploratório na comunidade do Curtume localizado no bairro das Quintas²⁹, este local foi escolhido pela proximidade adquirida com as mulheres e as crianças no período de estágio não obrigatório na Organização Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil³⁰.

A atividade de pesquisa objetiva identificar se os responsáveis pelas crianças/adolescentes saberiam identificar quando uma criança está sendo vítima de violência sexual e/ou física pelos sinais que estas expressam.

Entrevistei quatro mulheres, o critério foi à presença de criança no lar, seja filho, netos, sobrinhos. As entrevistas foram acompanhadas de gravador de áudio para que as anotações das falas fossem fidedignas; assim como imagens de crianças vítima de violência física para possibilitar uma melhor apreensão das perguntas que foram realizadas, pautando-se sempre, evidentemente, num vasto levantamento bibliográfico referente ao assunto abordado.

Foi uma experiência enriquecedora e surpreendente, pois o levantamento exploratório foi realizado no intuito de certificar se os responsáveis das crianças saberiam identificar uma criança vítima de violência sexual/ física, todavia, sem saber três das pessoas escolhidas

²⁹ Bairro da cidade de Natal/RN.

³⁰ As aldeias Infantis SOS Brasil é uma organização não governamental sem fins lucrativos que atua na defesa e garantia dos direitos da criança e adolescente. Na cidade de Natal, na época do estágio sua atuação se fundamentava nos eixos de acolhimento e fortalecimento, estagiava na perspectiva do segundo eixo, como educadora social, o trabalho era realizado junto às crianças e as mulheres na comunidade do Curtume localizado no Bairro das Quintas – Natal/RN.

tinham vivenciado ambas as situações em sua família no período da infância e adolescência. Das quais, duas delas revelavam essa história pela primeira vez no momento da entrevista.

Objetivando uma melhor construção teórica serão expostas três entrevistas, as quais permitirão uma análise em concomitância com o assunto exposto durante este capítulo. Na entrevista realizada com “Moranguinho”, após alguns diálogos houve a declaração:

Já aconteceu comigo! quando era pequena. Tinha 12 anos. Mas assim, não chegou a fazer nada comigo. Tentou me agarrar por trás, com o “negocio” você sabe! é... Quando eu tava assim, com uma blusinha com um nome passava assim com a mão (demonstrou), lendo assim com o dedo já por cima do meu peito, assim... eu tava sentada numa cadeira chegava por trás de mim e também do mesmo jeito que tou dizendo... E meu tio, viu? dá família, né? (decepção, tristeza, insegurança) Eu digo porque eu sofri isso. Após foi. E eu cheguei para minha mãe para dizer e minha mãe disse, mãe disse, para você vê que a minha mãe é muito tímida, ela disse “eu tenho pena da fraqueza dele”. Mas não procurou ele para dizer nada, não... nada. E deixou para lá. Tipo assim foi tanto pena como vergonha, né? De expor para família sobre isso.

No relato de “Moranguinho”, quando ela trás que o tio não chegou a fazer nada como ela, só tentou agarra-la por trás com o órgão genitor ereto, observa-se que por mais que ela tenha sofrido ela subtende que os gestos dele de tocar e acariciá-la não são tão significativos quanto à penetração sexual, todavia a compreensão que o abuso sexual deixa sequela desde as situações de toque, carícia nas partes íntimas, deve ser trabalhado na sociedade, esse entendimento não deve se limitar aos profissionais e/ou estudiosos da área.

Quando ela narra sobre a omissão da mãe, nota-se outra problemática, esta chamada por Faleiros (1997) de segredo familiar. O referido autor expõe que o problema da violência intrafamiliar está envolto em relações complexas da família, pois os abusadores são parentes próximos das vítimas, e por se tratar de relação consanguínea preserva-se a ‘honra’ do abusador com a finalidade de não expor a família. Em outras palavras, há a complacência entre os membros da família. Essa ação familiar origina de forma mais direta outra problemática: a vítima passa si responsabilizar pela culpa. Ao longo da entrevista “Moranguinho” abordou que ela era muito tímida e apresentou isso como justificativa para a ação do tio. Todavia, pesquisas revelam que não existe perfil para ser vítima, desde as crianças tímidas a mais extrovertida podem ser alvo dos abusadores.

Percebe-se que antes da entrevista revelar acerca do posicionamento obtido pela mãe no momento da confissão do abuso, ela teve o cuidado em dizer “para você vê que a minha

mãe é muito tímida”, em outras palavras, ela exime a mãe da responsabilidade de tê-la socorrido como uma forma de amenizar os sofrimentos que seriam acentuados caso ela atribuísse a culpa a sua genitora por ter optado pela proteção do agressor, ou seja, eximir a mãe da responsabilidade foi à imunidade que ela criou para manter um relacionamento estável com a mãe.

Na entrevista realizada com “Barbie”, após muito diálogo houve a revelação de um caso na família *“eu tenho uma irmã, ela com 9 anos foi abusada, sabe?”*. O violador era o marido da sua tia, ele a estuprou de forma anal quando a menina foi passar uns tempos na sua casa. A conduta resultou em lesão corporal de natureza grave *“ela ficou doente das pernas e com o pé torto, fazia tratamento no CRI³¹, mas hoje ela já tem trabalho e tudo”*. A descoberta aconteceu através do diário, após a mãe perceber a mudança de comportamento, em especial no âmbito alimentar, após uma conversa a criança confessou *“mãe botou ela pra conversar num canto e ela contou tudo bem direitinho, como foi”*.

Diferente do caso de “Moranguinho”, a família realizou a denúncia, todavia após o julgamento o violador não foi condenado ao regime fechado, apenas *“não pode sair pra nenhum outro estado, só pode ficar aqui em Natal. O advogado dele era ótimo ai não teve como ele ficar preso, mas a prova tem até então, porque no exame constou e tudo”*.

É válido se atentar aos métodos usados pelo agressor: sadismo, ameaça e por consequência violência psicológica *“ele ia com revólver lá em casa e fazia assim: “se você contar para seu pai ou pra sua mãe eu lhe mato” e mostrava o revólver assim; (tempo) depois que minha mãe descobriu, depois de muito tempo, por causa do diário”*.

O resultado do processo expõe que mesmo a vítima ficando com seqüela física, cujo resultante seria um acréscimo a pena, conforme a lei 12.015/09 explicitada anteriormente, o violador em nenhum momento teve sua liberdade reclusa. A lei anterior, denominada crime contra os costumes, não salientava o acréscimo às seqüelas, todavia, o estupro já se classificava como crime hediondo, segundo a lei 8.072/1990 e mesmo assim, a condenação resultou apenas na não liberdade em sair do estado. Ou seja, além da morosidade dos processos, as vítimas de abuso sexual também são coagidas a lidarem com a impunidade da justiça.

³¹ Centro de Reabilitação Infantil. Localizado no Bairro de Tirol Natal/RN.

As consequências do abuso são as mais diversas: depressão, anorexia, dificuldades na escola, isolamento social, problemas digestivos, ansiedade, fobias, pesadelos, distúrbios no sono, sensação de estar sujo, linguagem sexual avançada para a idade, entre outros (Moura, 2013).

A irmã da Barbie além de ter ficado abatida e magra no processo da agressão ficou com problemas nos pés que perdura até hoje, todavia, diferente dos outros casos foi mencionado o perdão ao violador *“ela perdoou ele, mas minha família não”* e a luta da mesma pela sua independência financeira, essas características apontam para uma possível resiliência, explicada por Cunha (2004), como a capacidade de vivenciar histórias de dor e sofrimento sem se desestruturarem internamente.

Já “Boneca de Pano” na sua entrevista relatou que era vítima de violência física pela sua madrasta quando tinha 8 anos de idade *“uma vez ela chegou a bater em mim de... por isso eu sai de casa... de um cipó de, uma planta que chama boa noite? Que bota umas rosinhas vermelhinhas, branca, tem de todas as cor. Menina, minhas perna ficou toda lapiada... eu digo “nam eu vou me embora”.*” Após esse cenário de violência, seu pai a levou para morar com o avô e largou sua companheira. Boneca de Pano cresceu sem uma referência de lar fixo *“passava tempos nas casas das minhas tias, de papai, na casa do meu avô... e assim (tempo) eu ... cresci. E mãe era separada de papai.”*

Na sua adolescência, conheceu a sua mãe e foi morar com ela e o padrasto *“quando tinha 14 anos eu vim conhecer mãe, aí quando mãe botou na cabeça para me ficar com ela, fiquei... mas foi só para sofrer... o marido dela aja dar em cima de mim”*. Nas noites, ele ia até onde Boneca de Pano dormia *“às vezes... eu tava dormindo e acordava com ele passando a mão (sobre o corpo dela) assim em mim”*. Ela narrava essa história como alguém que conta um segredo.

Na história da Boneca de pano, observa-se que o abusador não se vale de ameaças, mas sim da indução da vontade *“se você me quiser eu boto você dentro de uma casa para gente viver”*. Essa fala ilustra que o agressor se valerá daquilo que ele acredita que a vítima tem necessidade, Boneca de Pano conta que não tinha um endereço fixo, já tinha habitado com os tios, avós, pai, enfim, ele subtendia que ela almejava uma casa para não ter a necessidade de está em constante mudança e se valeu disso para tentar persuadi-la a satisfazer seus desejos sexuais.

Essa história também exemplifica os diversos casos que não chegam à justiça, pois nem aos seus ela teve coragem de revelar: *“às vezes eu me pergunto por que eu não chamava mãe... eu dizia: vou chamar mamãe, viu? Aí ele saía, quando era no outro dia eu ficava só na vontade de dizer a mamãe, mas eu tinha vergonha, tinha vergonha e nunca contei a ela”*. E essa realidade, ressalta o quanto as expressões corporais e comportamentais devem ser percebidas, afinal elas falam o que a voz insiste em omitir.

Essas histórias da vida real consolidam os referenciais teóricos descritos anteriormente, vítimas aqui descritas foram alvos de violência no seu habitat e os agressores eram seus familiares, parentes próximos os quais elas mantinham vínculos de afinidade e afetividade.

Em todos os casos vale salientar que não se deve culpabilizar a vítima, afinal a criança/adolescente está em desenvolvimento físico e amadurecimento emocional incompleto, Cunha (2004) ainda coloca que pela criança está em processo de maturação ela não é portadora de condições psicológicas para se proteger de um ataque sedutor de um adulto experiente e manipulador.

3. ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL: LUTA PELO FIM DESSA VIOLAÇÃO.

Ao se questionar acerca dos mecanismos utilizados para se enfrentar a violência sexual na sociedade brasileira, é imprescindível perpassar pela conjuntura marcada pelos movimentos sociais, pois foi nesse período, conforme (Santos 2011) que se intensificou a mobilização pelo fim daquela que já se configurava como uma violência endêmica.

Segundo o autor supracitado, acredita-se que os registros acerca do atendimento a crianças vítimas de negligências e abuso sexual, anterior aos finais dos anos de 1980, estão nos arquivos da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), pois os atendimentos eram realizados na rede hospitalar geral ou especializados. Estima-se que o primeiro local criado no Brasil com a finalidade de atender esse público específico foi o CRAMI – Centro Regional de atenção aos Maus-tratos na Infância, em 1985, em São Paulo.

Faleiros (1997) ao contextualizar a infância e o processo político no Brasil expõe acerca da recente incorporação da cidadania da criança na agenda política, que só foi possível pela pressão dos movimentos sociais, antecedente a formulação da Constituição Federal de 1988.

Dentre os movimentos e as organizações que evidenciaram os direitos da Criança e do Adolescente, destacam-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua³²; a Pastoral do Menor, entidades dos direitos humanos e ONGs. Nesse período, os Fóruns da Defesa da criança e do adolescente (DCA) se expandiram em todo o país (FALEIROS, 2011).

A carta magna possibilitou uma nova concepção de criança e adolescente, esses deixaram teoricamente de serem visualizados como objetos e menores para se constituírem sujeitos, e sujeitos de direitos! O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8.069 em 1990 foi fundamental no detalhamento dos direitos e deveres por parte da família, da sociedade e do Estado referentes ao segmento da criança e do adolescente e diferente de outras leis, MORAES (2014) ressalta, esta foi amplamente discutida pelos diversos atores sociais³³, incluindo crianças e adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a doutrina da Proteção Integral, abordada por Faleiros (2011 p. 81) como:

A doutrina da Proteção Integral reconhece a criança e o adolescente como cidadãos; garante a efetivação dos direitos da criança e do adolescente; estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política para a infância com a criação dos Conselhos de Direitos; Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por esses conselhos; descentraliza a política através da criação desses conselhos em níveis estadual e municipal, estabelecendo que em cada município haverá no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local, de acordo com a lei municipal; garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais; estabelece medidas de prevenção, uma política especial de atendimento, um acesso digno à Justiça com a obrigatoriedade do contraditório.

Antes de mencionar um dos resultantes criados para se intensificar a proteção de crianças e adolescentes, vale destacar o fortalecimento a rede após a assistência social

³² A Coordenadora do SOS Criança, Genilda Araújo uma das profissionais entrevistadas para a execução do Projeto de Intervenção no Vira Vida citado anteriormente, fez parte desse movimento, ela atuava como Assistente Social com os adolescentes, moradores de Rua na Cidade de Natal/RN.

³³ “Essa lei, diferente de outras tantas, foi resultado de uma ampla discussão, em que participaram educadores juristas, representantes dos movimentos sociais, representantes de igreja e, inclusive, as próprias crianças e adolescentes, articulados por algumas entidades comprometidas com o protagonismo infantojuvenil” (MORAES, 2014 p. 280).

tornasse política pública, pois a partir do LOAS – Lei orgânica da Assistência Social, lei 8.742/1993 a doutrina de proteção integral, prevista no ECA foi se estabelecendo, conforme BRASIL (2014). Ora anteriormente os casos eram atendidos apenas no âmbito hospitalar, e a família não tinha nenhuma assistência, resultando num atendimento pontual (médico-hospitalar), em que evidências físicas são necessárias, não atingindo assim todos os casos de abusos, pois além de não permanecerem por muito tempo no corpo, há os casos cujas marcas nem se constituem, como são os de toques, exibicionismo, voyeurismo, expostos no capítulo anterior.

Após esse empoderamento, é possível informar acerca de uma das ferramentas legais elaborada e posteriormente constituída como referência. De acordo com o Estudo Proteger e Responsabilizar – para subsidiar a construção de políticas, programas e serviços de enfrentamento a violência sexual – foi o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA) estruturado em seis eixos:

Análise da Situação: conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisa.

Mobilização e Articulação: fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolvem redes, fóruns, comissões, conselhos, entre outros.

Defesa e Responsabilização: atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

Atendimento: garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.

Prevenção: Assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.

Protagonismo Infantojuvenil: promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos. (PNVSCA, 2013 p. 9)

Segundo o PNVSCA (2013) a partir do ano de 2003 se iniciou o processo de atualização ao Plano Nacional, ano o qual o Brasil passou a ser presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, este se comprometeu a priorizar ações para se exaurir a exploração sexual de crianças e adolescentes e para isso a Comissão Intersetorial de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes foi criada.

Na gestão do citado presidente, também foi criado a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI de Exploração Sexual de Crianças e a Senadora, Patrícia Saboya do Partido Democrático Trabalhista (PDT), integrante dessa comissão no filme Cinderelas, Lobos e o Príncipe encantado, depõe:

Senadora: O presidente Lula no seu primeiro ano de governo espontaneamente disse que uma das prioridades seria erradicar com a prostituição infantil e isso foi que deu força para gente fazer uma CPI. Dos dezoito casos que foram encaminhados a Polícia Federal, Ministério Público e foram encaminhados ao ministro da justiça que eu tive mais de dez vezes com ele, em nenhuma tivemos respostas, até hoje, já fazem dois anos e meio. Um dos momentos mais delicados foi quando veio à tona um caso da Amazonas que envolvia o vice-governador do Amazonas, e aqueles que, por exemplo, não participavam da CPMI no dia da votação do relatório lotaram os corredores do Senado e da própria sala da comissão que estava sendo votada o relatório de indiciamento que envolvia o vice-governador, e a bancada da Amazonas, bancada de homens praticamente, toda se fez presente no dia final do relatório e tentaram e conseguiram absorver, tirar do relatório pela votação que nós perdemos por um voto, o nome do vice-governador. Eu presenciei, eu vi depoimentos de crianças que tem suas vidas acabadas, sabe? de crianças que tinha o sonho de ser bailarina, de ser atriz de cinema, de fazer teatro esses sonhos foram todos roubados dessas meninas, por consequência, por falta de projeto, por falta de política social, porque nós não cuidamos da prevenção dessas meninas, porque nós não fomos capazes de ajudar essas meninas, porque as famílias não estão prontas para ajudar também essas meninas, porque a escola não compreende, como se esse assunto não fosse de ninguém, é como se essa responsabilidade não fosse da sociedade, ninguém quer saber: sabe, isso é um drama pessoal de alguma família, mas não cabe numa Política de Estado para acabar com isso, porque se coubesse numa política de estado, se houvesse essa compreensão nós não estávamos vivendo o que estamos vivendo até hoje. Eu já trabalhei com Política Social aqui no Ceará e não consegui também resolver o problema, não adianta imaginar que essas meninas vão fazer um curso profissionalizante, sabe se for fazer bordado ou pintar unha de madame, vai resolver, vai tirar elas dessa vida, claro que não! Elas querem oportunidades, porque elas estão vendo e convivendo numa sociedade, e elas sabem que parte dessa sociedade tem direito a tudo e outra parte não tem direito a nada, parte tem direito a uma escola boa, tem internet dentro de casa, tem TV acabo dentro de casa, tem esporte, lazer, cultura, tem tudo o que quiser e a outra parte da sociedade precisa ralar muito, precisa batalhar muito para ter uma dessas coisas, se poder ter um dia, então é um país perverso, injusto que muitas vezes expulsa essas meninas e às vezes as pessoas e os adultos dizem 'mas olha, ela usa uma saia tão curta, uma maquiagem tão extravagante, sua blusa é tão decotada' por que que nossos filhos tem direitos a ir para o Mucuripe com a minissaia e os filhos da pobreza podem ser confundidos com prostitutas se também quiserem usar a minissaia? Então essas, essas (choro) três anos, então você fica seca, eu falo que tenho esperança, mas as vezes eu também fico até..."

Entrevistador: o que que acontece?

Senadora: não sei, não sei, não sei, não sei, não tenho resposta!(CINDERELAS, 2009 01:05:00hs)

Esta fala revela a realidade brasileira no enfrentamento à violência sexual, expõe claramente e criticamente a omissão por parte do Estado em se responsabilizar com umas das piores formas de violação e de trabalho segundo os estudiosos. E, além disso, a organização por parte de alguns “representantes políticos” para absorver os seus da criminalização, como foi o caso do vice-governador da Amazonas. É compreensível quando a senadora expõe as horas de sequeio, de desesperança, frente ao sistema tão cruel e desigual, que acirra as expressões da Questão Social e minimiza as alternativas para o seu combate. Todavia, na sua

voz estar impressa a motivação para sua luta: a indignação, que foi fortalecida quando amparada por um compromisso presidencial, cujos resultados, por desinteresse público, não foram palpáveis.

Demonstrando assim, o quanto a sociedade de direito é fetichizada, pois direito para quem? Como reflete Mattos (2012), e este mesmo responde a sua indagação ao descrever o Estado regente da sociedade “o direito de ser proprietário”. Isso sim é uma das principais garantias do Estado de direito. Levando assim a entender que a sociedade vivência um Estado de direito burguês, não garantidor dos subsídios básicos para a população: o direito a cidadania e a dignidade da pessoa humana, cuja uma das exemplificações, seria a permanência da pobreza e da marginalização, amparada pelas desigualdades sociais e regionais.

Esse entendimento dialoga com Borgianni (2013) quando esta traz que o Estado burguês é o sustentáculo das profundas desigualdades entre as classes, e problematiza qual o real significado do direito numa sociedade em que os trabalhadores humanos ficam iguados a mercadoria? O autor acrescenta “direito de ser subalternizado. Quem quer esse tipo de direito?” (Mattos, 2012 p.7). Somado a isso, encontra-se a repressão por partes das autoridades proprietárias dos meios de produção que ocupam a bancada que deveria representar os interesses coletivos através das três instâncias de poder: O Legislativo, O Executivo e o Judiciário. Resultando num Estado cujo interesse é com a manutenção da ordem burguesa, defensora da ideologia em que o indivíduo é responsável pela sua condição social e econômica.

O Rio Grande do Norte é exemplo desse desinteresse, afinal este não possui nenhuma política pública e/ou social que atue junto ao público vitimado pela violência sexual. O estado conta com a atuação de algumas instituições/organizações de cunho privado ou não-governamental como o: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Casa Renascer; Meninas dos Olhos de Deus; Vira Vida.

Na sociedade brasileira, em contrapartida, além dos Fóruns DCA, os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos, o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade deliberativa prevista no Estatuto a qual atua na promoção e defesa da criança e do adolescente é responsável por realizar a cada dois anos a conferência Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente, conforme informações contidas no sítio da

Secretária de Direitos Humanos³⁴, atendendo a essa responsabilidade será realizada a X Conferência, cujo tema é: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente, que ocorrerá no período de 14 a 18 de dezembro de 2015³⁵.

É indispensável dialogar com Neto (2005 p. 11-12), pois este autor aborda veementemente o quanto “a luta pelo reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, o reconhecimento de que são ‘sujeitos de direitos’ e ao mesmo tempo ‘pessoas em condição peculiar de desenvolvimento’” é insuficiente caso não haja a procura para o estabelecimento desse direito, ou seja, a promoção e a proteção pelos “instrumentos normativos (leis, tratados, resoluções, decretos, etc.), de instâncias públicas (órgãos estatais e entidades sociais) e de mecanismos (processos de mobilização, de apoio técnico-financeiro, [...] de fundos de investimento, etc)” com o mesmo objetivo.

O autor mencionado defende a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos no Brasil, conforme os moldes do sistema americano de promoção e proteção, pois neste o sistema nacional se articula e se integra. Ele continua mencionando a responsabilidade assumida pelo CONANDA de estabelecer os parâmetros acima defendidos em todo o território brasileiro (NETO, 2005).

É válido destacar, a obscuridade do ECA em relação ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD), mesmo quando este aborda juridicamente ‘a proteção de direitos’, segundo a autor “esse sistema nasce muito mais do espírito da convenção sobre os direitos da criança do que propriamente do texto do Estatuto” (NETO, 2005 p. 14).

Netto (2005) expõe que o SGD se revela na sua operacionalização mais como um ‘sistema estratégico’ do que como, por exemplo, um Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, um ‘sistema direto de atendimento’. E essa discussão pressupõe a reflexão sobre a Rede, isto é, como a operacionalizadora desse sistema estratégico, utilizado, segundo o autor como “o sinônimo de promoção e proteção dos direitos humanos” vem materializando seus serviços as humanas crianças e adolescentes? Afinal a luta continua! E é propositivo o convite realizado por ele aos que chamou de ‘adultos convertidos’: a luta é *com* as crianças e não *para* elas.

³⁴ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda> Acesso em 01.11.14.

³⁵ Informação disponível em: <http://www.consec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=35772&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA> Acesso em 01.11.14.

3.1 SITUAÇÃO DA OPERACIONALIZADORA DO ENFRENTAMENTO: A REDE

A Rede de Proteção à criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) são indissociáveis, pois este precisa daquela para ser implementado. A partir disto é valido descrever o porquê da nomenclatura Rede para denominar as instituições/organizações que atua junto às crianças e adolescentes.

Segundo Motti (2012) o termo Rede é uma analogia das redes de pesca e de dormir, comumente usadas em algumas regiões do país, para entender a relação destes objetos com a Rede de Proteção Social precisa-se entender a estrutura que elas têm e a maneira que são usadas:

A rede de pescar antes de ser lançada ao mar é minuciosamente analisada pelo pescador a fim de encontrar alguma irregularidade, ou seja, analisa as condições físicas da mesma. Ela é composta por um entrelaçamento de pontos, os quais não tem início, meio e fim, demonstrando assim, uma distribuição equitativa. É flexível a forma do peixe e resistente a resistência dele e ao balanço das águas. Já a rede de dormir expressa a proteção, o acolhimento, sua estrutura é forte, distribui o peso por toda sua extensão, adapta-se ao corpo de quem precisa de descanso é confortável. Em outras palavras, as redes de pescar e de dormir são inspirações para a pretensão da Rede de Proteção Social a crianças e adolescentes.

Ela é conceituada como uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o intuito de compartilhar projetos e causas horizontalmente, isto é, de modo igualitário, democrático e solidário. Na Cooperação, conectividade e divisão das responsabilidades e competências. (LÍDIA 2002 apud MOTTI 2012).

No entanto, a Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente no estado do Rio Grande do Norte, se distancia paradoxalmente da sua pretensão. Nas entrevistas realizadas com diversos atores para a concretização do Projeto de Intervenção explicado no capítulo anterior, foi reafirmada a defasagem sofrida por esta, já expostas por alguns autores e contemplada no período de estágio.

Em resposta a pergunta, como o senhor (a) descreveria a situação da Rede de Proteção à criança e ao Adolescente no Rio Grande do Norte, o Promotor da 65ª comarca da Criança e adolescente respondeu: “*bastante prejudicada, com sérios problemas de articulação de*

entendimento e com muitos furos no próprio sistema”. Em concordância a Assistente Social do CREAS Leste definiu *“totalmente esfacelada”*. E a Assistente Social do SOS Criança sintetizou *“eu acho que as malhas da Rede estão toradas, a Rede é desarticulada, muito individualizada”*.

As justificativas para essas definições são construídas a partir da práxis de cada localidade, a partir das necessidades reais vivenciadas não só pelos profissionais, mas pelo público que é atendido por eles. O Promotor expôs *“A gente não tem alguns equipamentos que seriam determinantes e importantes para de fato fazer um trabalho com as crianças e os adolescentes merecem”*. Outra dificuldade enfrentada pela Rede foi evidenciada pela Assistente Social do CREAS Leste *“os serviços existem, mas não se tem clareza em relação às atividades que cada um deve desenvolver”*.

Escassez de equipamentos, sejam estruturais, sejam humanos, sejam materiais de expediente, como a falta de telefone, impressora, papel. E a falta de clareza das competências de cada instituição/organização/programa foram as duas das diversas problemáticas enfrentadas pelos atores que atuam, conforme a Coordenadora do SOS CRIANÇA, com *“o direito constituído”* e por isso quando violado precede respostas para os envolvidos na situação de violência. É válido ressaltar que mesmo este trabalho evidenciando os casos de abuso sexual, não exclui o entendimento que o não acesso a alimentação, a saúde, a educação, a segurança entre outros se configuram como violações e de responsabilidade majoritária do Estado.

Os profissionais citados trabalham há pelo menos cinco anos com o segmento da criança e do adolescente em situação de violência e lidam diariamente com a realidade minimamente descrita. E segundo o Conselheiro Tutelar da Região Leste, esta conjuntura não é recente:

“A Frente parlamentar dos Direitos das Crianças e dos adolescentes acontecem uma vez por mês na Câmara Municipal e o que nos chama a atenção segundo as pessoas que já frequentam, é que as lamentações são as mesmas de 10 anos atrás, durante esse tempo não houve um investimento, temos ações curativas e não preventivas”.

Ou seja, falta de problematização da realidade não se constitui motivo para a não obtenção de resolutividades. Os entrevistados foram questionados acerca dos caminhos que eles apontariam para resolver os entraves sinalizados? O Promotor de Justiça argumentou

“persistir na articulação, ela é determinante. As instituições precisam trabalhar no nível de atendimento muito rápido, célere [...] E muito mais importante é a questão da prevenção”. Ele ainda salientou as poucas ações com a temática da prevenção. Já a Coordenadora do SOS destacou *“tem duas questões fundamentais: a organização da sociedade e uma atenção maior do Ministério Público que é o fiscal da Lei”*.

Em resposta a solução proposta pela Coordenadora em relação ao Ministério Público, na entrevista realizada com o Promotor da Justiça, o qual ressaltou seu papel de articulador da Rede foi questionado acerca de quais seriam os mecanismos utilizados para que a articulação salientada por ele acontecesse.

“A gente vai lançar agora, a partir do mês de abril, maio, mas agora já tá em projeto uma nova estratégia, uma nova tentativa, capitaneada pela Promotoria de Justiça, objetivando dar essa é... conotação diferenciada ao que a gente tem hoje na Rede, porque a gente tá buscando antes de fazer essa articulação trabalhar minimamente os serviços que têm. Fortalecer primeiro as “individualidades”, para que quando a gente partir para essa articulação ela já tenha mais ou menos um pouco de sustentabilidade, porque não adianta você articular serviços ou órgãos que não existem ou estão com bastantes dificuldades, então como tem alguns projetos que estão em curso, por exemplo, a Rede de Assistência Social do município passa por um processo de mudança, existe um Projeto de Lei criando cargos, ainda que transitórios para essa assistência social, muitos têm essa destinação de suporte, apoio há essa temática de violência e exploração sexual contra criança e adolescente. O objetivo é ultrapassar esses pequenos, aliás, essas falhas localizadas para poder insistir, e insistir significa sentar com os parceiros e fazer o equacionamento do que a gente tem”³⁶.

Direcionando a fala do Promotor “o que a gente tem” para a área financeira, pois sem o recurso financeiro é irrealizável qualquer ação, por mais bem intencional que seja. E por isso, a explicitação do orçamento se fez presente no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Criança e Adolescente numa análise da realidade em curso 2012-2015 para se avaliar a viabilidade dos objetivos e metas em curto prazo. Questionando-se acerca dos recursos disponíveis, se o problema para a situação atual da Rede é por falta de recursos, O Promotor de Justiça elucidou *“eu acho que o problema é de estratégia política”*.

O questionamento se há falta de interesse político foi realizado logo após sua elucidação e eis a resposta obtida *“falta de decisão, de foco e de encaminhamento”*. O posicionamento do Promotor foi impresso na fala da Assistente Social do CREAS Leste *“o que a gente sabe é que há o financiamento, e se você procurar em diário oficial e tudo as*

³⁶ A entrevista foi realizada no mês de fevereiro e não foram feitas pesquisas posteriormente para a averiguação da efetivação das propostas.

verbas vem, mas infelizmente, a gente não consegue enxergar o investimento dessas verbas aqui na ponta”.

Em outras palavras, a Rede de Proteção Social do Rio Grande do Norte estar sendo vitimada e, como as vítimas das mais diversas situações de violação, não recebe a assistência necessária. E esta realidade, estende-se a outros estados brasileiros, numa pesquisa realizada por Faleiros et al (2001 p. 110-111) no Distrito Federal foi evidenciado que lá assim como aqui:

Não existe uma rede articulada de resolubilidade das situações de violência sexual notificadas [...] Falta uma definição global e particular, articulada, de competências e uma clara definição de papéis [...] A rede carece de padronização de procedimentos técnicos, de rotinas estabelecidas de referência e contra-referência [...] há insuficiência de recursos financeiros.

Outra dificuldade encontrada no Distrito Federal foi a “inexistência de Serviços indispensáveis como: atendimento 24 em todos os serviços dos fluxos” (FALEIROS et al, 2001 P. 110-111). No estado do RN, o SOS Criança, Programa do Governo Federal criado a partir do ECA, única instituição da Rede de atendimento que atuava 24 horas, inclusive nos finais de semana e nos feriados foi fechado pelo Governo do Estado na metade do ano de 2014.

Essa ação do governo demonstra que não há só “*falta de decisão, de foco e de encaminhamento*” como explicitou o Promotor de Justiça, o desinteresse público é visível e tão palpável quanto o fechamento do SOS Criança. Denotando assim o quanto o sistema capitalista que prioriza o econômico em detrimento do social é cruel com aqueles em situação de pauperização, além de privá-los de condições básicas e dignas de sobrevivência, desestrutura os locais que a partir de muita luta foram criados para atendê-los em casos de violação.

É válido lembrar que retrocessos e avanços fazem parte da luta. E a luta para que os atores atuem na Rede Pretendida não se constitui utopia é uma necessidade urgente. Motti (2012) argumentando sobre o porquê trabalhar em Rede no enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes expõem a complexidade do fenômeno a ser enfrentado, assim como os múltiplos fatores para sua ocorrência, além da exigência de uma equipe multidisciplinar para lidar com uma violência que envolve crianças, adolescentes e famílias.

O autor citado reflete acerca do significado em trabalhar em Rede, atuação necessária e urgente, pois reconhece os limites de cada instituição e salienta o quão benéfico será para os profissionais, usuários e sociedade o alcance de uma Rede de Proteção Social:

Na temática violência sexual e, talvez, em todos os temas com essa dimensão, trabalhar articulando redes significa que as pessoas, os atores sociais e as organizações se reconhecem com limitações e, também, com possibilidade. Ninguém e nenhuma organização é suficiente para responder e implementar ações totalmente resolutivas em seu próprio âmbito de atuação. São competências e responsabilidades legais, institucionais, constitucionais, definidas pela missão, pela finalidade e pelos objetivos de cada instituição e organização. Contudo, cada instituição ou pessoa em seu raio de ação tem algo a falar, a fazer, a propor e, especialmente, a contribuir para melhor compreensão do fenômeno e para proteção das crianças, dos adolescentes e das famílias em situação de violência sexual. Trabalhar em rede é, antes de tudo, reconhecer que todos os indivíduos e organizações são dotados de recursos, de capacidade, de possibilidade, e que, também são possuidores de fragilidade, de carências e de limitações. (MOTTI, 2012 s/p)

Aparando-se nesse entendimento e na realidade atual da Rede exposta anteriormente é válida a ressalva na qualificação contínua para os profissionais e a humanização no atendimento. Afinal, as vítimas de abuso sexual não podem continuar sofrendo violação ao chegarem às instituições, assim como os profissionais não podem está numa situação caótica numa instituição cuja sua missão é proteger.

3.2 A REDE E A PREVENÇÃO: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?

A discussão do tópico anterior, por vezes, referenciou o eixo da prevenção e refletiu na fragilidade deste na Rede de Atendimento a Criança e Adolescente. O Promotor de Justiça na sua entrevista destacou *“tão quão importante à articulação é a questão da prevenção e a gente tem poucas ações nesse momento que lidam com essa temática”*.

Configurando-se como um dos Eixos do Plano de Enfrentamento a Violência Sexual contra Criança e Adolescentes, a prevenção objetiva:

Educar crianças e adolescente sobre seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que eles sejam apoiados e protegidos com estratégias educativas voltadas para o estímulo à autodefesa, conscientização e valorização de suas etapas de crescimentos. [...] Criar espaços de arte, cultura, lazer e esporte para crianças e adolescentes em todos os municípios brasileiros e implantar programas de profissionalização e geração de renda para adolescentes e suas famílias. Promover o fortalecimento das redes familiares e comunitárias, fomentando discussões em grupos sobre violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, fomentar a prevenção de DST, uso de drogas e gravidez

precoce, bem como criar programas de intervenção com crianças e adolescentes que trabalham e vivem nas ruas. [...] (SANTOS, 2011 p.167)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estruturou em três modalidades a prevenção contra os maus-tratos: primária, secundária e terciária. A primeira objetiva eliminar, ou no mínimo reduzir, os fatores culturais, sociais e ambientais que favorecem os maus-tratos, a escola deve configura-se como protagonista dessa modalidade, tendo em vista seu acesso às crianças; a segunda é direcionada a violência sexual e tem o intuito de identificar precocemente crianças e adolescentes em situação de risco tentando evitar o acontecimento e/ou a repetição de casos de violência; e a prevenção terciária busca acompanhar integralmente crianças e adolescentes em situação de violência sexual, assim com o autor desta. (SANTOS, 2011)

A prevenção primária envolve um trabalho informativo junto aos pais, responsáveis sobre o processo de desenvolvimento de uma criança ou adolescente, busca sensibilizar a sociedade em especial através da mídia, acerca dos fatores desencadeantes do abuso sexual, como identificar, como agir, como denunciar, e finalmente a realização de trabalhos no período escolar que informe sobre a sexualidade, crie espaços de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais, essa ação educativa deve iniciasse antes dos seis anos, pois geralmente os casos de abuso ocorrem antes desta faixa etária. (ABRAPIA 2002)

Na secundária a capacitação de profissionais que atuam diretamente com vítimas de abuso sexual é contemplada, dentre eles Conselhos Tutelares, Centros de Defesa. E na prevenção terciária, tanto a vítima e a sua família quanto o agressor é acompanhado por serviços médicos, psicológicos, sociais e jurídicos. (ABRAPIA 2002)

Essas informações foram redigidas para se equiparar o objetivado pelo eixo da prevenção e a situação da Rede trabalhada outrora. Infelizmente, como elucidado pelo Promotor de Justiça são poucas as ações de prevenção existentes na Rede, assim como a ausência de trabalhos com os violadores. O acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual têm deixado muito a desejar, tendo em vista a situação da Rede de Atendimento.

Além da dificuldade interna a Rede, também se observa a fragilidade entre esta e outras instituições que atuam com o segmento da criança e do adolescente, seja no processo de ensino, seja no hospitalar.

Crianças/adolescentes e famílias que vivenciam situações de violência precisam e um conjunto de ações integradas, atuando em parceria no âmbito social, político, educacional, jurídico, entre outros, para que construam uma rede de proteção que atenda de forma eficaz as demandas individuais, familiares e sociais (Casa Renascer, 2009 p.66).

No Curso realizado pelo CEDECA junto os Centro de Referência Especializado da Assistência Social foi visualizado nas falas dos participantes os poucos trabalhos intersetoriais realizados, isto é, são poucos os municípios que articulam os setores da educação, da saúde para a realização de um trabalho cujo objetivo principal seja combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, resultando assim em ações isoladas, comunitárias realizadas no dia 18 de maio³⁷ pelos: Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, e organizações não governamentais que atuam no Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente.

No entanto, mesmo diante desta realidade, foram elaboradas diversas cartilhas com o objetivo de se prevenir o abuso sexual. Para refletir sobre as ações entendidas como preventivas, a cartilha elaborada pela ABRAPIA (2002, p.51) será usada como referência, esta destaca que as medidas devem ser aplicadas precocemente, pois o abuso sexual ocorre desde os primeiros anos de vida.

QUADRO 1 – O que os pais devem fazer para prevenir o abuso sexual e proteger seus filhos.

O QUE OS PAIS DEVEM FAZER PARA PREVENIR O ABUSO SEXUAL E PROTEGER SEUS FILHOS:

³⁷ “Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – como referência de mobilização de massa. Assim, realiza a Campanha anual “Faça Bonito. Proteja nossas Crianças e Adolescentes”. A escolha da data é uma lembrança a toda a sociedade brasileira sobre a menina seqüestrada em 18 de maio de 1973, Araceli Cabrera Sanches, então com oito anos, quando foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. Muita gente acompanhou o desenrolar do caso, poucos, entretanto, foram capazes de denunciar o acontecido. O silêncio de muitos acabaria por decretar a impunidade dos criminosos. Sua morte, contudo, ainda causa indignação e revolta. O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes vem manter viva a memória nacional, reafirmando a responsabilidade da sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as suas Aracelis”. Disponível em: <http://www.comitenacional.org.br/o-que-e-18-maio-000.php>

Estar bem informados sobre a realidade do abuso sexual contra crianças.
Ouvir seus filhos e acreditar neles por mais absurdo que pareça o que estão contando.
Dispor de tempo para seu filho e dar-lhe atenção.
Saber com quem seu filho está ficando nos momentos de lazer. Conhecer seus colegas e os pais deles.
Procurar informar-se sobre o que sabem e como lidam com a questão da violência e do abuso sexual os responsáveis pela creche, pela escola, pelos programas de férias. Faça o mesmo com seu pediatra, o conselheiro religioso, a empregada e a babá.
Antes de tudo, falar com seu filho ou sua filha e lembrar-se que o abuso sexual pode ocorrer ainda nos primeiros anos da infância.

Fonte: Próprio autor.

A ABRAPIA (2002) afirma que a prevenção primária se constitui na maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra a criança. E na (p.48) afirma “a prevenção é a melhor forma de se evitar um abuso sexual”.

Todavia, é pertinente indagar sobre a efetividade da prevenção objetivada, pois como prevenir uma violação que ocorre na família e entre os membros que deveria proteger? Além do mais, quando se fala em realizar um trabalho de prevenção preocupa-se em alertar a existência dessa violação, como identifica-la, e o que fazer caso aconteça³⁸, no entanto, para se identificar os sinais é necessário que a violência tenha acontecido e a palavra prevenção no seu sentido etimológico vem do latim *praevenire* que significa “antecipar, perceber previamente”, literalmente “chegar antes”, de *PRAE* “antes”, mais, *VENIRE* “vir”. Ou seja, como falar em prevenção se é necessário ocorrer para ter a possibilidade de identificar e agir?

Os métodos incentivados pelo ABRAPIA (2002) citados no Quadro 1 são pertinentes e necessários, todavia, não contemplam as famílias abusivas descritas no primeiro capítulo com base em Scodelario (2002) que vivencia uma ausência de diálogo entre os seus membros, os responsáveis não permitem um contato de seus filhos com outras crianças, enfim. É sabido a fundamentalidade de se construir um vínculo sólido em que haja conversa, respeito, carinho de verdade entre os membros, pois só assim a mudança de comportamento pela criança será

³⁸ A cartilha de Cordeiro (2006) é um exemplo.

percebida mais rapidamente, ela se sentirá segura para expor o ocorrido e as providências cabíveis serão realizadas, baseando-se no fato da sociedade estar bem informada, apta para agir nessas situações.

Todavia, mesmo tendo um laço efetivo, a confortabilidade para expor a situação de violência para outro parente e o abuso seja percebido previamente, não se terá “chegado antes” *PRAEVENIRE* da violação ser concebida. Por isso, o questionamento, efetivamente há prevenção contra o abuso sexual intrafamiliar?

O intuito desta indagação é para proporcionar uma reflexão acerca dos mecanismos existentes para prevenir um abuso sexual intrafamiliar. Não se têm a pretensão de subalternizar os existentes, mas refletir se a prevenção está atingindo seu significado etimológico para assim evitar vítimas de abuso sexual.

A prevenção primária busca, conforme Santos (2011 p. 17) “eliminar, ou pelo menos reduzir os fatores [...] que favorecem os maus-tratos”, a partir disso é possível afirmar que os indicativos físicos, comportamentais elaborados pelas diversas cartilhas contribuem mais para reduzir as chances de um abuso sem contato físico resulte em um com contato físico, ou no caso didaticamente explicado por Cunha (2004), entendido como menos grave como o toque sexualizado nas nádegas, seios cobertos terminem numa relação genital e/ou anal entendido como um caso gravíssimo.

Scodelario afirma (2002 p.217) “A prevenção é imprescindível diante da complexidade desse tipo de violência e da dificuldade em interromper seu ciclo por meio de ações isoladas” por isso, a violação descrita não pode ter seu modo de prevenção limitado a evitar situações de “maior gravidade”. O questionamento aprofunda a citação da ABRAPIA (2002 p.48) ela é “a melhor forma de se evitar um abuso sexual”. Então como evita-lo? Essa violação realmente pode ser evitada? Quais seriam as metodologias que atenderia o sentido etimológico da palavra, já que o intuito é “chegar antes” que o abuso aconteça para livrar diversas crianças e adolescentes dessa violação aos Direitos Humanos.

O desafio é que na (re) produção da violência intrafamiliar estão engendrados aspectos políticos, culturais e educacionais ficando cada vez mais claro que ações em qualquer um dos sistemas sociais, de modo isolado, não conseguem dar conta da interrupção do ciclo da violência, confirmando a importância de um trabalho de prevenção (SCODELARIO 2002, p. 219).

A autora Scodelario (2002 p.215) acrescenta “não podemos pensar que a prevenção implique uma única prática ou que as práticas estejam embasadas nas mesmas concepções teóricas ou ainda ideológicas e filosóficas”. O que amplifica as possibilidades de respostas advindas, por exemplo, do método dialético fundamentado no questionamento, isto é, na dúvida tornando-a essencial para o avanço e a criação de mecanismos/ferramentas/estratégias para se combater essa problemática, presente desde os primórdios na sociedade e configurada como uma expressão da questão social, tornando-se assim demanda para os assistentes sociais e outros profissionais que tem por matéria prima a Questão Social.

3.3 O SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

O Assistente Social tem uma particularidade no enfrentamento ao abuso sexual, já que esta violação se agrava no contexto da sociabilidade capitalista, e é compreendida como uma das expressões da Questão Social. Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS “a questão social é o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é ‘sua base de função histórico-social na realidade’” (BEHRING; SANTOS, 2009 p.2).

Essa profissão propõe analisar a realidade, em especial as demandas que lhe chega numa perspectiva de totalidade, isto é, o sujeito, não indivíduo, está inserido numa sociedade contraditória, perpassada por diversas desigualdades, a qual estabelece situações cuja resolutividade estar além da capacidade individual.

Esse posicionamento que objetiva se “apropriar dos fundamentos ontológicos-históricos, para apreender o processo histórico real” (BEHRING; SANTOS, 2009 p.17) está totalmente baseado no Projeto Ético Político da Profissão, que tem a liberdade como valor central, e o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão com os sujeitos sociais. Há a preocupação com a contínua formação dos profissionais, além da ressalva a sua postura investigativa³⁹.

A dimensão investigativa em concomitância com a dimensão interventiva é de extrema importância para o exercício profissional, pois enfatiza o compromisso e a

³⁹ Ver mais em: <http://cress-es.org.br/projetoetico.htm>.

competência profissional. Torres (2007 p. 47) defende a inter-relação entre essas duas dimensões, pois conferem uma relação de autonomia e interdependência entre si:

A **dimensão interventiva**: aquelas em que se explicita não somente a construção mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social. Compreende intervenção propriamente dita, o conhecimento das tendências teóricas-metodológicas, a instrumentalidade, os instrumentos técnico-operativos e os do campo das habilidades, os componentes éticos e os componentes políticos, o conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social e a **dimensão investigativa**: compreende a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas e os aspectos analíticos que dão suporte, qualificam e garantem a concretização da ação interventiva.

Essas dimensões foram vivenciadas de forma significativa no período do estágio obrigatório no Projeto VIRAVIDA. É válido citar esse processo, pois marca um período de experiência profissional de extrema relevância para o formando.

No primeiro semestre, momento em que didaticamente se analisa o local para a posteriori intervenção utilizei a metodologia da observação participante, seja nas Rodas de Conversa, seja nos atendimentos realizados em especial pela Assistente Social aos usuários, mesmo estando numa distância a qual ela pudesse garantir o sigilo do atendimento, seja nas conversas informais entre os jovens nos momentos dos intervalos, enfim, observava essas circunstâncias de forma discreta e ética, para além apurar desde as menores declarações, conteúdos que pudessem subsidiar a importância do Projeto de Intervenção que estava na incumbência de criar, também objetivava refletir enquanto futura profissional sobre as diversas situações vivenciadas tanto pelos usuários dos serviços, quanto pelos profissionais que os executam.

A partir da oficina realizada pela ONG Resposta no dia 06.09.2013 no Instituto Federal do Rio Grande do Norte da Cidade Alta, uma jovem declarou:

“eu conheço um caso de abuso, e presto muita atenção a cada orientação dada por vocês, pois assim eu conto para a jovem (vítima) e a mãe dela que querem tomar providências no que aconteceu, mas estão sem coragem de agir”.

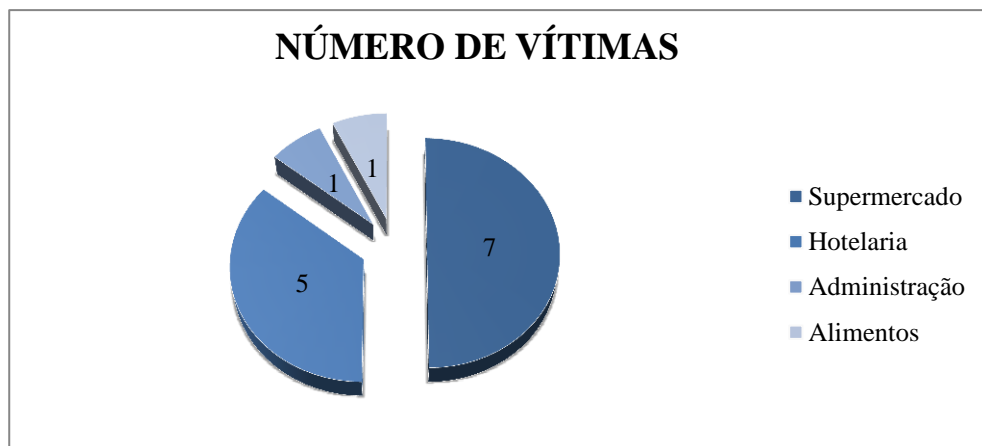
Essa declaração que afirma o desejo em conhecer o que se deve fazer e implícito a isso a ânsia de saber o que ocorrerá, foi à iluminação orientadora do caminho que deveria trilhar para meu projeto de intervenção. Nesse dia percebi que a preocupação é em orientar e incentivar a vítima a denunciar, o ato de denunciar e se “envolver” na história, mesmo a

denúncia sendo anônima não é bem recebida, seja pelo receio do que acontecerá com seus conhecidos, seja pelo processo de confiança estabelecido entre a vítima e a amiga: o silêncio.

A partir disso observei que o tema da intervenção ainda não tinha sido trabalhado com as especificidades necessárias com os jovens do Projeto; as ações realizadas limitavam-se a exposição do que é o abuso sexual e da informação do disque 100 para a realização das denúncias, já que o alvo das oficinas trabalhadas por um profissional da ONG Resposta era o da exploração sexual. E isso foi um motivador essencial, já que às rasas declarações sobre o abuso sexual despertaram muita atenção e receptividade nos adolescentes e jovens.

Objetivando conhecer os casos de abuso sexual presentes na história dos adolescentes e jovens, para assim poder escolher qual seria o público alvo do Projeto de Intervenção, pesquisei nos arquivos do VIRAVIDA. As turmas de Supermercado e Hotelaria tinha um maior percentual de vítimas, e por isso elas foram às escolhidas, ver gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 – Número de Vítimas por Curso do ViraVida.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Após as visitas nas instituições, já abordadas outrora, e a organização da metodologia que seria utilizada, foram realizadas seis oficinas: Vocês & Eu; Apreciando o conhecimento; E na situação de abuso sexual o que fazer?; Conhecer é a melhor prevenção; De bem consigo; Expressando o apreendido; executadas respectivamente⁴⁰. Durante a segunda oficina os

⁴⁰ Essas oficinas foram significativamente elaboradas objetivando desde um fortalecimento do vínculo entre os jovens e eu, já que ministrei todas, auxiliada pela Assistente Social e a Psicóloga do VIRAVIDA, a um empoderamento sistêmico das informações fornecidas de forma atrativa e não cansativa para os participantes.

adolescentes e jovens expressaram seu posicionamento quanto à denúncia, objeto do Projeto de Intervenção: Desmistificando a denúncia contra o abuso sexual. E o posicionamento deles, pode ser observado nos quadros 2 e 3, abaixo:

QUADRO 2 – Respostas da sondagem realizada na oficina 2 – Turma de Supermercado.

SUPERMERCADO			
Nome⁴¹	1- Denunciaria?⁴²	2- Se fosse na sua família?	3 – conhece algum caso?
Ágata	“Sim, porque isto não seria visto aos meus olhos como normal e não teria medo de denunciar.”	“com certeza denunciaria. [...] tomaria alguma iniciativa”.	“um caso de uma menina que era abusada pelo marido de sua avó. Ela se entristecia com tudo e era meio que depressiva”.
Jade	“Mais ou menos, por ter caso que os pais da criança sabe, mas não denuncia por medo do parceiro ir preso”.	“se fosse na minha família sim, sairia escondido e fazia a denuncia, poderia ser meu pai”.	“conheço sim!”
Jaspe	“sim, porque ela é uma criança inocente não sabe se defender”.	“sim.”	“Agora não, mas já sofri pelo marido da minha tia, eu tinha acho que 5 anos, quando estava dormindo ele ficava alisando as minhas partes íntimas.”
Opala	“Hoje com certeza eu denunciaria, pois eu sei como é isso, e o quanto isso é ruim”.	“Sim, sem dúvidas nenhuma.”	“sim, conheço. Mas o que conheço não foi o pai, e nem chegou a fazer o sexo”.

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

QUADRO 3 – Respostas da sondagem realizada na oficina 2 – Turma de Hotelaria.

Hotelaria			
Nome	1- Denunciaria?	2- Se fosse na sua família?	3 – conhece algum caso?

⁴¹ Para manter o anonimato dos adolescentes e jovens foram utilizadas nome de Pedras Preciosas.

⁴² Perguntas realizadas em forma de questionário para cada turma no intuito de saber se uma situação de abuso sexual seria denunciada.

Pérola	“sim, porque isso não é coisa que se faça com ninguém, porque é um sofrimento, uma tortura para quem está sofrendo o abuso, porque não é certo.”	“sim, com certeza”.	“Sim”
Topázio	“sim, porque o que eu não quero para meus filhos, eu não quero para os filhos das outras.”	“teria sim, porque se eu não denunciasses isso ia ficar acontecendo de novo.”	“Sim, uma criança que tinha o vizinho como pai e ele abusava dele.”
Turquesa	“Obvio que sim! Porque não aceito esse tipo de situação. Tenho NOJO de gente louca e doente que tem a capacidade de cometer tal ato”.	“A resposta anterior, já responde essa!”	“só os que passam na televisão.”
Turmalina	“sim, pois não queria que fosse com ninguém que conheça, pois isso traumatiza uma criança, adolescente ou até idoso.”	“sim eu denunciaria, pois tenho irmãos e irmãs e não quero que aconteça isso com eles”.	“graças a Deus não, só o que vejo na TV.”

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A partir destes quadros, é notório o quão pertinente foi à temática escolhida, a maioria dos jovens conhecia de perto um caso, Jaspe da turma de Supermercado até vivenciou e Opala, relata de uma forma como se ela estivesse falando dela “*eu sei o quanto isso é ruim*”. É interessante destacar o caso que Opala trouxe, ela enquadró a situação num caso de abuso, todavia, o minimizou porque “*não chegou a fazer o sexo*” e ressaltou que o pai não tinha sido o violador, ou seja, era um caso que não se enquadrava nas características comuns.

O posicionamento de Jade é bem pertinente, pois retrata um entender comum da população que deve ser desconstruído – se foi na família do outro e este não tomou nem uma atitude, por que devo me envolver? – é sabido que o imaginário do aprisionamento é muito forte, não se pode esquecer que quem geralmente comete a violação também pertence ao núcleo familiar, e imaginar um parente no sistema penitenciário brasileiro seria mais uma violência psicológica, além do que, quando a vítima é uma criança, o entendimento que esta tem é que se tratava de um carinho, em outras palavras, entender que o parente dela está preso por um “carinho recebido” termina sendo, segundo uma discussão⁴³ dos técnicos do CREAS na Casa Renascer, muito mais traumático.

⁴³ Capacitação dos técnicos dos CREAS do RN pela CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Esta discussão foi realizada no terceiro módulo no dia 05.06.14, quando se debatia a complexidade da violência sexual.

De todas as experiências vivenciadas na intervenção, é válido destacar a trajetória da jovem Olivina⁴⁴, pois foi muito emblemática. Afinal, trabalhar diretamente com alguém que vivencia de forma muito clara, as consequências de um abuso sexual intrafamiliar, é desafiador.

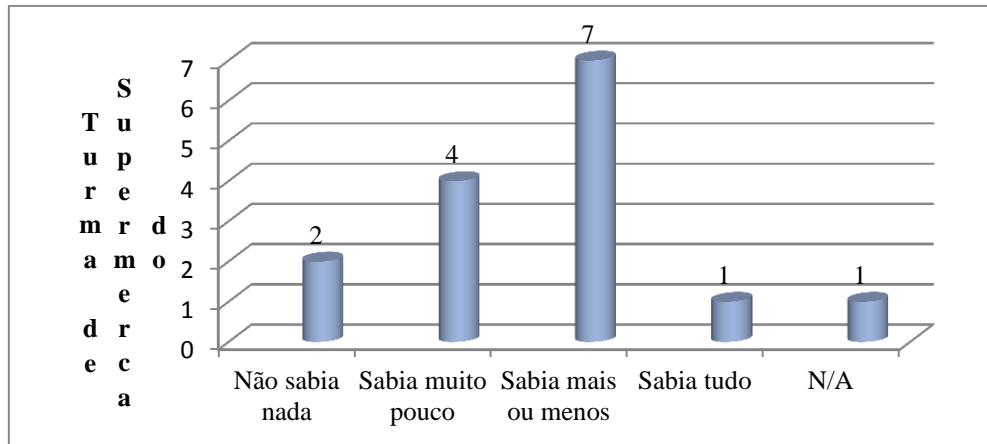
Na segunda oficina ela se dirige a mim e critica-nos (em todas as oficinas estava acompanhada pela Assistente Social e/ou pela Psicóloga) por fazê-la lembrar de algo que já estava quase esquecendo, isto é, para se auto proteger um das alternativas encontradas foi idealizar que a violência não ocorreu. Esse entendimento é confirmado quando na oficina três ela escreve no desenho das mãos que supostamente seriam entregue para vítimas *“lutar e sorrir é o melhor remédio”*, e *“a cura para esta ferida será a luta diária travada com o auxílio de um sorriso no rosto que demonstrará que está tudo bem”*. Frases que expressam de forma profunda os mecanismos utilizados por ela para enfrentar sua dor. A palavra *demonstrará* é propulsora do entendimento que sozinha a vítima não conseguirá ressignificar a violência sofrida e denota a necessidade de uma intervenção qualificada e efetiva por parte da Rede de Atendimento.

No entanto, um dos pontos que mais marcou referente a esta jovem foi o auxílio recebido por ela nos momentos de explicação sobre a Rede, na terceira oficina. E o quanto ela se envolveu na gincana da última oficina, publicizando em alguns momentos, particularidades dela *“eu posso dizer o que aconteceu comigo?”*. Não poderia deixar de expor o final da oficina seis, em que ela toma a iniciativa de criar uma peça que retrata a história de uma vítima de abuso sexual para incentivar a denúncia, e o mais interessante, ela é quem incentiva o apoio/participação dos colegas para a construção dessa encenação.

Na última oficina os jovens avaliaram o Projeto de Intervenção, essa etapa foi executada, pois possibilita a análise da efetividade do trabalho realizado. Os jovens assinaram com pseudônimo. Abaixo, estão disponibilizados alguns dos gráficos elaborados a partir do posicionamento do público alvo.

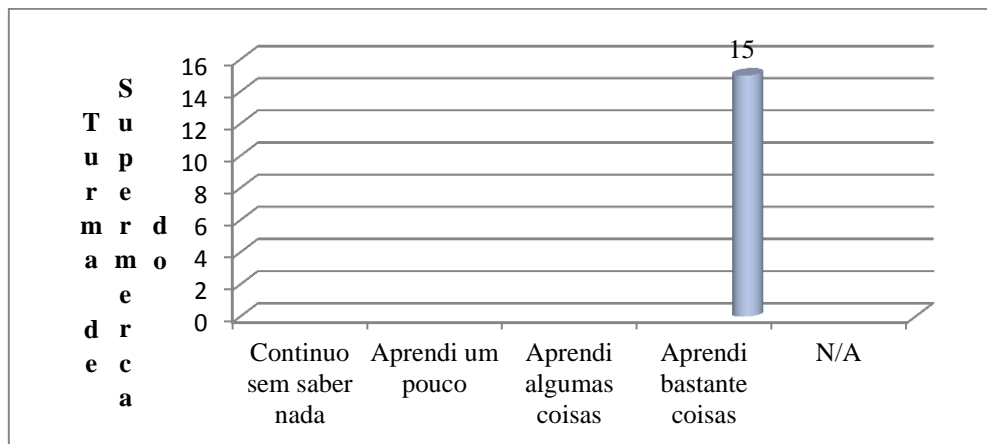
GRÁFICO 3 – Como Você Avalia Seu Conhecimento Acerca Do Abuso Sexual Antes Da Intervenção Realizada. Turma de Supermercado.

⁴⁴ Esta jovem foi vítima de estupro pelo seu padrasto na sua infância.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

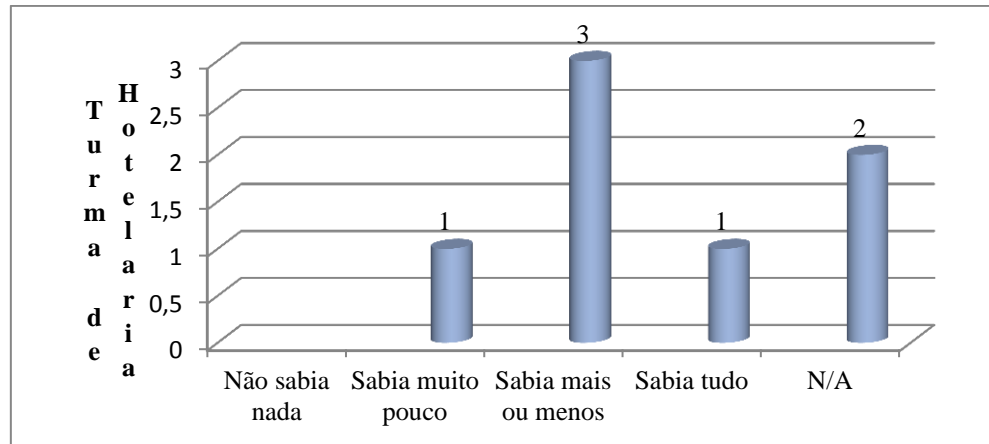
GRÁFICO 4 – Como Você Avalia Seu Conhecimento Acerca Do Abuso Sexual Depois Da Intervenção Realizada. Turma de Supermercado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

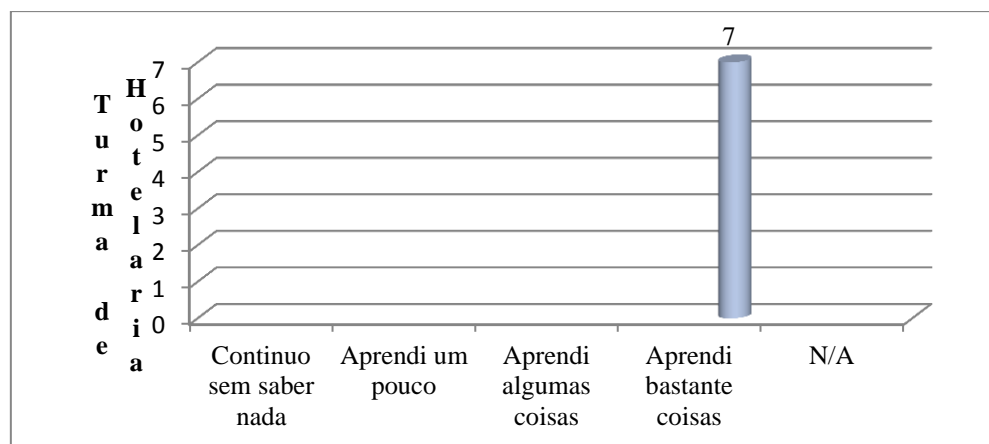
É observável que antes da ministração das oficinas a Turma de Supermercado, na sua maioria ou conhecia pouco, ou relativamente sobre a temática trabalhada, no entanto, após a intervenção realizada, o sentimento de empoderamento sobre o conteúdo era vivenciada por 100% dos presentes.

GRÁFICO 5 – Como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual antes da Intervenção Realizada. Turma de Hotelaria.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

GRÁFICO 6 – Como você avalia seu conhecimento acerca do abuso sexual depois da Intervenção Realizada. Turma de Hotelaria.



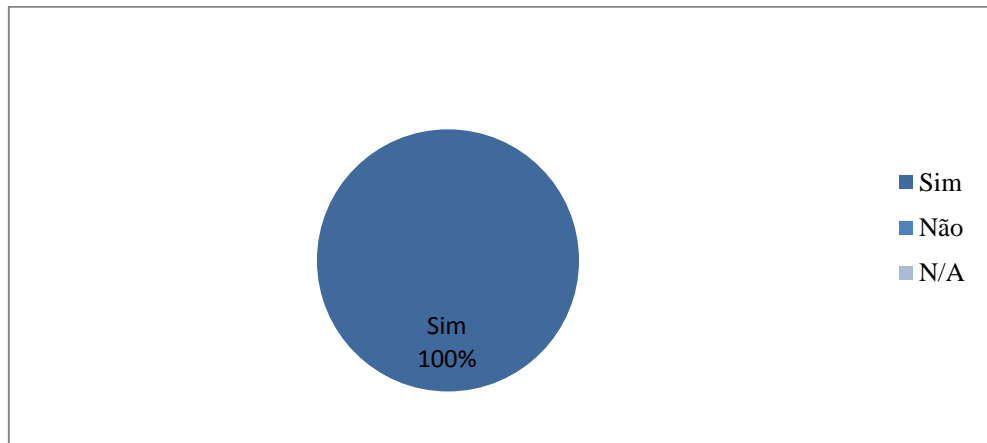
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na turma de hotelaria, o processo foi bem parecido, no entanto, é importante observar que nessa turma ninguém marcou a alternativa que desconhecia o assunto, e o resultado após a intervenção foi o aprendizado significativo do conteúdo trabalho. Em um dos questionários, a(o) jovem que marcou que sabia tudo, anotou ao lado da sua resposta neste segundo gráfico que tinha apreendido bastante coisas que não sabia.

Já quando se indagou acerca da denúncia, foco do Projeto, o resultado foi satisfatório, pois a grande maioria optou pela alternativa que direcionava a denúncia, apenas uma pessoa optou por não responder na Turma de Hotelaria. Ou seja, após conhecer os caminhos trilhados pela denúncia quando ela é realizada e o entender que quando não se toma uma atitude

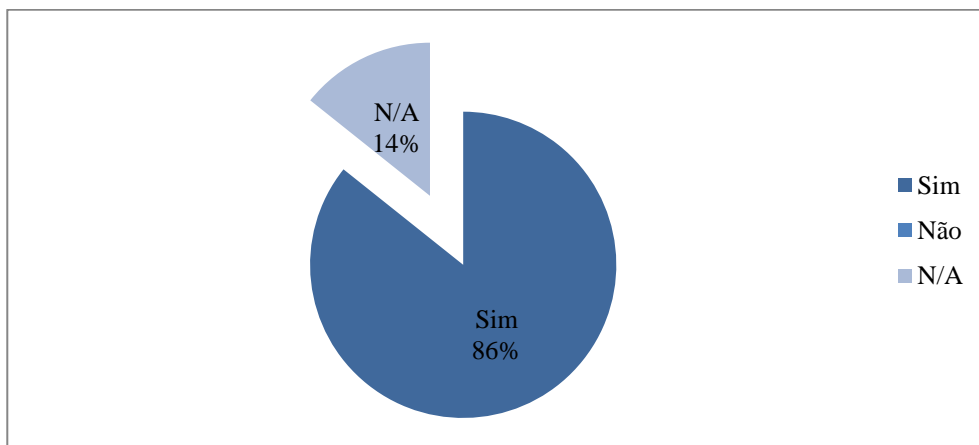
contribuiu-se para a violação, o público alvo da intervenção sentiu-se ainda mais seguro para tomar a atitude objetivada. Ver gráficos 7 e 8 abaixo:

GRÁFICO 7 – Você realmente denunciaria um caso de abuso sexual? Turma de Supermercado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

GRÁFICO 8 – Você realmente denunciaria um caso de abuso sexual? Turma de Hotelaria.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em suma, a trajetória de Olivina no percurso da minha intervenção, assim com os resultados apresentados pelos gráficos são retratos que merecem serem moldurados e destacados, como exemplos incentivadores na realização de trabalhos em questões entendidas como complexas e profundas na vida da população usuária, pois demonstra o quanto um trabalho em que o usuário é o centro, é propulsor da autonomia de uma jovem, que a priori

revelou resistência na participação, mas ao final foi percursora da idealização de uma encenação teatral que abordaria o assunto que outrora ela queria esquecer, mas no presente optou por trabalhá-lo.

A partir do entendimento que o Abuso Sexual Intrafamiliar se configura como uma das Expressões da Questão Social, e o destaque acerca da preparação para a intervenção, serão perceptíveis à consistência e relevância da atividade realizada pelo Serviço Social. Afinal, para realizar um trabalho competente o viés investigativo e interventivo do profissional deve estar inter-relacionado na sua prática profissional diária. Isto é, para se fornecer respostas efetivas às demandas que chegam, uma análise investigativa que por princípio transcendem o aparente é essencial.

Além da postura investigativa para subsidiar as intervenções a serem realizadas é válido destacar, que o Serviço Social também tem a responsabilidade de conhecer:

A dinâmica social da família em questão, as redes de apoio de que dispõe, composição familiar, fatores que contribuem para o quadro de abuso sexual, enfim, toda a teia social da qual esta família faz parte e como isto interfere na manutenção da relação incestogênica e quais as possibilidades de mudança do quadro (CRAMI, 2002 p. 28).

Todas essas ações devem ser realizadas tendo por base o Código de Ética e a Lei 8.662/93 que Regulamenta a Profissão, assim como o aporte teórico já produzido a fim de subsidiar as ações do assistente social no seu exercício profissional.

3.4 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM DOS INSTRUMENTOS NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL

Para atuar no combate ao abuso sexual intrafamiliar faz-se necessário a compreensão que esta violação constituísse como uma das expressões da Questão Social. A Questão Social é entendida como:

A expressão do conjunto de desigualdades constitutivo das sociedades capitalistas maduras, as quais representam ameaça ao tecido social, do seu esgotamento. Ou seja, trata-se de conflitos de ordem econômica, política ou social gerados pelo modelo de organização social que tem por fundamento a exploração do trabalho humano, na medida em que o Sistema é incapaz de incluir todas as pessoas entre seus beneficiários. (IAMAMOTO, 1999; CASTEL, 1998 apud CASA RENASCER, 2009 p. 13).

Após essa orientação é válido perceber o porquê do abuso sexual intrafamiliar tratar-se de uma das expressões da Questão Social, e identificar a necessidade de vários saberes profissionais para enfrentar essa violação.

A violência cometida contra crianças e adolescentes é um fenômeno social multifacetado, sustentado por um padrão cultural conformado enquanto um conjunto de instituições, valores, crenças, costumes e hábitos que, associado à distribuição desigual da riqueza social, é reproduzido de geração a geração no seio das diferentes classes sociais, faixas etárias, sexos, etnias e raças. (CEDECA, 2009, p. 8)

Assim sendo, a violência sexual deve ser entendida como uma das Expressões da Questão Social, pois estar inserida no processo de desigualdade de poder, poder hierárquico, em que o mais forte prevalece sobre o mais fraco, seja no viés econômico quando se contempla a exploração sexual em que a lei da oferta e procura “regulamenta” a materialização da violação; seja no viés da sistematização da autoridade, na qual o adulto, ou pessoa de maior idade, se vale dessa condição “de autoridade” para satisfazer seus desejos sobre os de tenra idade, ou de idade menores que há dele (a), quando se elucida o abuso sexual, destaque desse trabalho.

Estudos [...] apontam que os agressores não agem apenas movidos pelo desejo sexual, mas também por questões de gênero, em que crianças e adolescentes fazem parte da categoria dominada e sujeita ao poder exercido pelo mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino: crianças e adolescentes como serem em desenvolvimento, psicológico e moralmente imaturos, não conseguem resistir a um familiar adulto que lhes impõe sua autoridade transformando-os em objetos sexuais (Casa Renascer, 2009 p. 74).

Em outras palavras, a multiplicidade de fatores que ocasionam o abuso sexual intrafamiliar, somado as relações sociais amplificadas ao vínculo afetivo existente entre os envolvidos expressa a complexidade desse fenômeno. Denotando assim, a precisão de múltiplos saberes para o seu enfrentamento.

A autora Azambuja (2013) salienta a inviabilidade de um único profissional para lidar com famílias em contexto de violência sexual, pois esta além de ser complexa, não é a única problemática que os familiares enfrentam, geralmente outras formas de violência, de abandono, negligência ocorrem concomitantemente, o que denota o requerimento de vários saberes acadêmicos, isto é, a interdisciplinaridade.

O trabalho interdisciplinar “consiste num esforço de busca da visão global da realidade, como superação das impressões estáticas e do hábito de pensar fragmentador e simplificador da realidade” (LUCK, 1994 p. 72 apud AZAMBUJA 2013 p. 495) Ou seja, vários profissionais atuando a partir da troca de saberes sob o objetivo de dar resolutividade aos casos, tendo em vista que os saberes não são absolutos.

A interdisciplinaridade não vai homogeneizar as ações profissionais. Quanto a esse receio Yamamoto (2002 p. 64), afirma:

É necessário desmistificar a ideia de que uma equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças.

Além do mais, a intervenção interdisciplinar amplia as possibilidades de se contemplar as metas objetivadas na resolução dos casos de abuso sexual intrafamiliar, como a interrupção do ciclo de violações, a minimização das sequelas, a reconstrução dos vínculos familiares. É sabido a dificuldade de se estabelecer um atendimento interdisciplinar na sua totalidade, mas isso não resulta na sua impossibilidade, só denota a busca constante para a sua materialização, tendo em vista o seu potencial enquanto instrumento na garantia da proteção integral a criança. (Azambuja 2013)

Azambuja (2013 p. 497) enfatiza:

Por vim acompanhada de particularidades capazes de elevar as dificuldades dos profissionais que lidam com a criança vítima, a família e o abusador, a violência sexual intrafamiliar não pode ser enfrentada de forma fragmentada, sobre pena de tal intervenção não surtir efeitos benéficos. Em consequência, como se tem sustentado, ela requer uma proposta de trabalho de cunho interdisciplinar por suas múltiplas implicações no âmbito pessoal e familiar, social e legal.

Em síntese, o abuso sexual intrafamiliar é uma violência multifacetada, complexa e por se configurar como umas das expressões da Questão Social exige o conhecimento de diversos saberes profissional, a fim de fornecerem ações efetivas para a sua resolutividade. Mesmo o Serviço Social sendo uma profissão com respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para enfrentar essa violação, não conseguirá isoladamente dá conta desta demanda, pois assim como a Questão Social não é matéria prima exclusiva dessa categoria, o abuso sexual intrafamiliar demanda ações de cunho interdisciplinar, pois só a

partir desse instrumento se ampliará o alcance da proteção integral a criança e por consequência uma assistência mais consistente aos demais envolvidos na violação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é resultado de um acúmulo de experiências e referenciais teóricos construídos ao longo do período de graduação. A escolha do tema abuso sexual intrafamiliar transcendeu ânsias acadêmicas e profissionais, as razões pessoais foram tão significativas quanto às primeiras. O contato com os atores da Rede, assim como com as vítimas de abuso sexual se configurou como o diferencial dessa construção teórica.

No primeiro capítulo foi apreendido acerca do abuso sexual, isto é, como se materializa; suas sequelas; também foi apresentado conforme Faleiros et al (2001) as duas etapas que difere o desvelamento da situação de abuso sexual: a revelação e a notificação, as quais são responsáveis em parte pela não correspondência das estatísticas de denúncias com a realidade. Ora, muitos casos são revelados e não notificados aos órgãos competentes o que impossibilita uma ação na resolutividade dos casos, sem mencionar os diversos casos, os quais não houveram nem a revelação, nem a identificação da violência cometida.

Os dois últimos tópicos deste capítulo trataram do local onde ocorre na sua maioria os casos de abuso sexual, o primeiro analisou a posição de cada membro de uma família em situação de violência sexual, e foi percebida a relação que os valores machistas, adultocêntricos, têm com o abuso cometido contra crianças e adolescentes. E o segundo relatou histórias da vida real, que foram marcadas por essa violação, as quais ressaltaram toda a exposição realizada durante o primeiro capítulo.

No segundo capítulo deste trabalho, foi discutido acerca do enfrentamento ao abuso sexual, quando esta problemática ganhou conotação pública, e os mecanismos legais criados para combater essa violação. Neste capítulo, foi externado a situação da rede de atendimento a partir das declarações dos atores que atuam diretamente nela, foi reafirmada o estado de defasagem a qual se encontra, com a falta de recursos estruturais, humanos e materiais o que aprofunda a precariedade, tendo em vista, seu estado de desarticulação, motivada até pelo desinteresse público, exemplificado no fechamento do único programa que atendia 24 horas as crianças e os adolescentes vítima de alguma violação: o SOS CRIANÇA.

Também se refletiu acerca dos mecanismos de prevenção a fim de analisar se realmente há prevenção para o abuso sexual intrafamiliar, e foi percebido a não efetividade da prevenção a partir do sentido etimológico da palavra, resultando assim num entendimento que

os procedimentos utilizados para “prevenir”, em especial a prevenção primária que objetiva alcançar aquelas que não foram vítimas, tem contribuído mais para reduzir as chances de um abuso didaticamente explicado por Cunha (2004) como menos grave, torna-se um mais grave, já que as diversas cartilhas de orientações, nos tópicos de prevenção ensinam como identificar uma situação de abuso sexual.

O penúltimo tópico evidenciou a ação do profissional do Serviço Social, justificando o porquê do abuso sexual configurar-se como demanda desta profissão e a consistência da atuação dos Assistentes Sociais no caso de abuso, para uma melhor compreensão foi elucidado momentos do Projeto de Intervenção realizado no estágio ocorrido no SESI – Projeto Vira Vida, o qual destacou as dimensões investigativas e interventivas requerida no Projeto ético-político da profissão.

O último tópico salientou a importância da interdisciplinaridade para o atendimento as famílias em situação de abuso sexual, já que além deste fenômeno ser multifacetado, ele se configura como uma das expressões da Questão Social, e mesmo esta dando concretude a profissão, segundo BEHRING; SANTOS (2009), não é matéria prima exclusiva do Serviço Social. Todavia, a interdisciplinaridade deve ser usada como um dos instrumentos no enfrentamento ao abuso sexual, por amplificar as possibilidades da Proteção Integral, necessária para assegurar o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, entendidas como sujeitos de direitos a partir da formulação do ECA, lei 8.069/1990.

Após essas declarações é válido externar que esse trabalho não objetivava e nem conseguiria aprofundar a complexidade dessa demanda e como ela se apresenta ao Serviço Social, pois o tempo é remido e os fatores externos amplifcam a dificuldade da elaboração.

Todavia é válido lembrar que assim como objetivei não só conhecer os caminhos trilhados pela denúncia no Projeto de Intervenção, mas vivenciar os processos que a vítima de abuso sexual passa após a revelação e a notificação da violência sofrida, a fim de entender na práxis a complexidade dessa problemática na perspectiva da criança e do adolescente. Também tenho a pretensão de continuar me especializando nessa temática sob o intuito de fornecer retornos cada vez mais qualificados as vítimas de abuso sexual que tenho contato e que continuarei a ter no campo profissional, afinal acredito que não tem sentido uma pesquisa com fins em si mesmo, isto é, que não se preocupe em fornecer uma contra referência ao seu público alvo.

5. REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Abuso sexual contra crianças e adolescentes; [revisão e atualização Lauro Monteiro Filho; Projeto gráfico e ilustrações Gian Calvi] 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

ACORDA, Raimundo... Acorda!. Direção de Alfredo Alves. Realização de Ceta - Ibase Iser Vídeo. Roteiro: Alfredo Alves. [s.l]: Rede Globo, 1990. P&B. Baseado na rádio novela de José Ignácio Lopez Vigil. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU> > Acesso em: 14 out. 2014.

A DOR silenciosa. Produção de Márcio Rezende; Dani Moura. [s.l]: Jornal Futura, 2013. P&B. Série 1-5.

Aldeias Infantis SOS Brasil. Quem Somos. Disponível em: <
<http://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos>> Acesso em 25 out 2014.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. **Analizando e (des) construindo conceitos: pensando as falsas denúncias de abuso sexual.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERN, RJ, Ano 9, N. 1, P. 196 – 215, 1º semestre de 2009. Disponível em < <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a16.pdf> > Acesso em 18 de Janeiro de 2014.

ARAGUAIA, Mariana. **Síndrome de Estocolmo.** Brasil Escola. Disponível em: <
<http://www.brasilecola.com/doencas/sindrome-estocolmo.htm> > Acesso em: 14 out. 2014

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A interdisciplinaridade na violência sexual.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p.487-507, jul./set. 2013

BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; **Questão Social e Direitos.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 267 – 283.

BIDARR, Zelimar Soares e OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Infância e Adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Jun/2007. Ano XXIX. N 94. p. 154-175.

BORGIANNI, Elisabete. **Para entender o Serviço Social na área sociojurídica.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p.407-442, jul./set. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. **Dos Crimes Contra A Dignidade Sexual: DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112015.htm > Acesso em 12 set 2014.

BRASIL. **Lei dos Crimes Hediondos: LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.** Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm#art213 Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. Ministério Público/Paraná. Secretária Direitos Humanos (Org.). **Disque 100 - Disque Direitos Humanos - Disque Denúncia Nacional.** Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em: 02 out. 2014

BRUSCHINI, Cristina. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento** / Maria Amélia Azevedo, Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (organizadoras) – 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

CEDECA, Centro de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Casa Renascer: uma história construída por muitas mãos, mentes e corações: sistematização dos serviços de atendimento** / Ana Paula Queiroz da Silva... [et al.,]._1. Ed._ Natal (RN): Casa Renascer, 2009.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** – 10ª ed. rev. Atual. – [Brasília]: Conselho Federal do Serviço Social, 2012. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf > Acesso em 18 nov 2014.

CINDERELAS, lobos e um príncipe encantado. Direção: Joel Zito Araújo. Produção: Luís Carlos de Alencar. Narração: Joel Zito Araújo. Roteiro: José carvalho e Joel Zito Araújo. Brasil, Casa de Criação Cinema, 2009. (107 min.)

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Circuito e curtos – circuitos: atendimento, defesa, e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes** no Distrito Federal / Vicente de Paula Faleiros, Eva Teresinha Silveira Faleiros (coordenadores); Clara Maria Cosme Cardoso, Ludmila de Ávila Pacheco, Fernanda Cavicchioli (pesquisadoras). – São Paulo: Veras Editora, 2001. – (Núcleo de pesquisa : 7)

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 18 de maio. Disponível em:

<http://www.comitenacional.org.br/o-que-e-18-maio-000.php> Acesso dia 10 nov 2014.

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

CUNHA, Maria Leolina Couto. Módulo III do Curso de Capacitação: **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes na Modalidade Abuso Sexual** /Maria Leolina Couto Cunha: CECOSI – Centro de Combate à Violência Infantil. Unicef, 2004.

CHAGAS, F. Eduardo. **O método dialético de Marx: Investigação e exposição crítica do objeto.** 2012. Disponível em: < http://www.ifch.unicamp.br/fbormulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf > Acesso 10 out 2014.

CRAMI. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/organização CRAMI** – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002. – (Série fazer valer os direitos; v. 1)

GRESS. Conselho Regional do Serviço Social 17ª Região. **Projeto Ético-Político.** Disponível em: < <http://gress-es.org.br/projetoetico.htm> > Acesso 17 nov 2014.

DIÓGENES, Glória. Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. **ViraVida: um virada na vida de meninos e meninas do Brasil** / Serviço Social da Indústria. – Brasília, 2010.

FALEIROS, Vicente e Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário.** Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intrafamiliar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília de 01 a 02/12/1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 26ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História:** Série novo ensino médio. São Paulo: Ática, 2003. (Volume único)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.

Atribuições privativas do(a) assistente social. Brasília: CFESS, 2002. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf> > Acesso em: 15 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas.** 2010. Disponível em: <

<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas> >. Acesso em: 14 out. 2014.

Jus Brasil. Legislação Comentada. Disponível em

<<http://leonardocastro2.jusbrasil.com.br/artigos/121943503/legislacao-comentada-artigo-213-do-cp-estupro> > Acesso em 12 set 2014

KUNG, Ângela. **A importância da família no processo de socialização da criança e do adolescente.** In: Estratégias de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes na cidade do Natal/RN. CEDECA Casa Renascer: Natal, 2008. p.52-76.

MATTOS, Gisela Oliveira de. **Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento.** In: O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática / Dalka C. A. Ferrari, Tereza C.C. Vecina (orgs.) – São Paulo: Ágora, 2002.

MATTOS, Virgílio de. **Estado democrático de direito e Estado penal.** CRESS/MG. Revista Conexões Gerais – Trabalho Profissional e mediação – n. 2. Ano 1. 2º Semestre de 2012.

MORAES, Celio Vanderlei. **Legislações e políticas para crianças e adolescentes.** In.:

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas **Prevenção dos problemas relacionados aos usos de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias** / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. Ed. – Brasília, DF: SENAD-MJ /NUTE – UFSC, 2014. 312 p.; il., gráfs., tabs.

MOURA, Larissa Wilza Rodrigues. Ministração do **mini curso – abuso sexual infantil**, na III Semana de Serviço Social, na Faculdade Estácio Fatern, localizada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande de Norte. No dia 28 de Maio 2103. Notas do mini curso.

MOTTI, Antônio José Ângelo; SANTOS, Joselino Vieira dos. **Redes de Proteção Social à Criança e ao Adolescente: limites e possibilidades.** In: Parâmetros de atuação do Sentinela – caderno 2: orientação à prática. Belo Horizonte: UFMG/MDS. No prelo. In: Curso violência

Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o enfrentamento. 6ª Turma: 22 de setembro a 28 de outubro de 2012.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In. Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 01: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NETO, Wanderlino Nogueira. **Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescente.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 83. Ano XXVI, São Paulo: Cortez. Set. 2005.

PAIVA, Leila. **Violência Sexual – Conceitos.** In.: Projeto Disseminação da Metodologia do PAIR. Curso Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente: Teoria e Prática para o enfrentamento. 6ª Turma: 22 de setembro a 28 de outubro de 2012.

RIZZINI, I. PILOTTI, Francisco. **INTRODUÇÃO: A infância sem disfarces: uma leitura histórica. (p. 15 – 30) e CAPÍTULOS I: FALEIROS, V. P. Infância e Processo político no Brasil** p. 33-96 in A arte de governar crianças: a história de governar crianças, a legislação e a assistência à infância no Brasil. (orgs). – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência** / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Flacso - Brasil, [s.l], p.1-44, jun. 2009. Série Estudos e Ensaaios.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. – São Paulo: Childhood – Instituto WCF- Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres** / Cynthia Andersen Sarti. -4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SCODELARIO, Arlete Salgueiro. **A família abusiva**. In: O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática / Dalka C. A. Ferrari, Tereza C.C. Vecina (orgs.) – São Paulo: Ágora, 2002.

Secretária dos Direitos Humanos. Disque 100 Geral de Denúncias. **Dados de Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes Nacional. Período: 2013 a 2014 de janeiro a abril**. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/dados-estatisticos> > Acesso em 14 mai 2014.

TAMDJIAN, James Onnig. **Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço: ensino médio** / Volume único. James & Mendes. – São Paulo: FTD, 2005.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **Atribuições Privativas Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: Uma Contribuição para o Debate**. In. Libertas, Juiz de Fora, v,1, n.2, p.42-69, jun / 2007.

UOL (São Paulo). **Três Estados concentram mais da metade do PIB do país, diz IBGE**. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/11/22/cinco-estados-concentram-652-do-pib-de-acordo-com-ibge.htm>> Acesso em: 14 out. 2014.

PNEVSCA (Org.). **PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Brasília, 2013.